

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	90
--	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	92
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	94
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	95
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	12.518.708	10.586.556	8.793.048
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	988.601	1.269.585	258.419
1.01.01	Caixa	196.602	199.597	210.161
1.01.01.01	Caixa	196.602	199.597	210.161
1.01.02	Aplicações de Liquidez	791.999	1.069.988	48.258
1.01.02.01	Revendas a Liquidar - Posição Bancada	791.999	1.069.988	48.258
1.02	Ativos Financeiros	11.179.278	8.956.447	8.147.766
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	279.260	274.507	231.422
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	279.260	274.507	231.422
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	10.900.018	8.681.940	7.916.344
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	788.594	731.500	513.064
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	0	0	499.646
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.133.007	1.041.071	957.911
1.02.04.04	Operações de Crédito	8.284.175	6.269.511	5.336.201
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-203.329	-178.618	-148.572
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	897.571	818.476	758.094
1.03	Tributos	158.937	154.356	181.885
1.03.03	Outros	158.937	154.356	181.885
1.03.03.01	Créditos Tributários	158.937	154.356	181.885
1.04	Outros Ativos	9.705	6.753	6.627
1.04.03	Outros	9.705	6.753	6.627
1.04.03.01	Outros Ativos	11.505	8.553	8.367
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800	-1.740
1.05	Investimentos	32	32	32
1.05.05	Outros Investimentos	32	32	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	32	32	32
1.06	Imobilizado	60.758	58.138	78.499
1.06.01	Imobilizado de Uso	213.599	200.623	208.363

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	213.599	200.623	208.363
1.06.03	Depreciação Acumulada	-152.841	-142.485	-129.864
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-152.841	-142.485	-129.864
1.07	Intangível	121.397	141.245	119.820
1.07.01	Intangíveis	193.364	196.003	158.834
1.07.01.01	Intangíveis	193.364	196.003	158.834
1.07.03	Amortização Acumulada	-71.967	-54.758	-39.014
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-71.967	-54.758	-39.014

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	12.518.708	10.586.556	8.793.048
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	10.595.809	8.853.960	7.165.518
2.02.01	Depósitos	10.304.800	8.476.820	5.931.310
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.608.265	988.318	882.529
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	7.241.218	5.853.358	3.701.985
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	0	239.032	191.919
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.455.317	1.396.112	1.154.877
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	102.312	167.037	949.378
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	102.312	167.037	949.378
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	188.697	210.103	284.830
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	72.154	44.727	40.533
2.02.03.02	Relações Interdependência	3.250	2.308	1.647
2.02.03.03	Emissão de Títulos	11.923	149.745	238.789
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	63.230	9.193	3.547
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	38.140	4.130	314
2.03	Provisões	146.202	136.435	137.514
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	85.962	75.868	78.922
2.03.02	Provisão para Contingências	60.240	60.567	58.592
2.05	Outros Passivos	137.999	111.583	124.542
2.05.01	Outras Obrigações	137.999	111.583	124.542
2.07	Patrimônio Líquido	1.638.698	1.484.578	1.365.474
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.121	1.300.664	1.171.043
2.07.04	Reservas de Lucros	165.577	183.914	194.431
2.07.04.01	Reserva Legal	12.064	12.060	16.203
2.07.04.02	Reserva Estatutária	137.533	171.854	178.228
2.07.04.08	Dividendo Adicional Proposto	15.980	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.841.072	1.561.668	1.690.482
3.01.01	Operações de Crédito	1.659.467	1.479.357	1.543.217
3.01.02	Resultado de Oper. c/ Titulos e Valores Mobiliários	164.781	67.543	131.204
3.01.03	Resultado de Aplicações Compulsórias	12.149	9.031	14.745
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	4.675	5.737	1.316
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-508.133	-306.146	-394.520
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-364.601	-178.274	-296.624
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-5.872	-1.860	-468
3.02.03	Provisão para Crédito em Liquidação Duvidosa	-137.660	-126.012	-97.428
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.332.939	1.255.522	1.295.962
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-889.868	-771.072	-778.548
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	142.888	133.244	126.803
3.04.03	Despesas com Pessoal	-504.660	-441.076	-500.558
3.04.03.01	Despesas com Pessoal	-504.660	-441.076	-500.558
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-462.904	-381.692	-365.643
3.04.04.01	Outras Despesas Administrativas	-462.904	-381.692	-365.643
3.04.05	Despesas Tributárias	-83.065	-77.175	-76.891
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-83.065	-77.175	-76.891
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	69.599	48.698	124.818
3.04.06.01	Outras Receitas Operacionais	69.599	48.698	124.818
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-51.726	-53.071	-87.077
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-51.726	-53.071	-87.077
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	443.071	484.450	517.414
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-159.767	-202.855	-150.691
3.06.01	Corrente	-164.348	-175.325	-71.060
3.06.01.02	Provisões para Imposto de Renda	-84.617	-97.727	-43.382
3.06.01.03	Provisões para Contribuição Social	-79.731	-77.598	-27.678
3.06.02	Diferido	4.581	-27.530	-79.631

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.06.02.02	Ativo Diferido	4.581	-27.530	-79.631
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	283.304	281.595	366.723
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-79.631
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	283.304	281.595	287.092
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-42.019	-40.396	-42.671
3.10.01	Participações	-42.019	-40.396	-42.671
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	241.285	241.199	244.421
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	25,341	25,332	34,033
3.99.01	Lucro Básico por Ação	25,341	25,332	34,033
3.99.01.01	ON	25,34067	25,33164	34,03318

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	241.285	241.199	324.052
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	241.285	241.199	324.052
4.04	Resultado Abrangente do Período	241.285	241.199	324.052

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-169.511	1.207.733	-340.924
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	620.117	666.453	613.907
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	443.071	484.450	517.414
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	177.046	182.003	96.493
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-789.628	541.280	-954.831
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-57.095	281.211	-757.648
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-102.473	-100.767	-113.694
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras / Interdependência	-36.504	-28.317	-118.308
6.01.02.04	Operações de Crédito	-2.126.715	-1.030.943	-1.223.111
6.01.02.05	Outros Créditos	-23.559	-42.753	-58.217
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-2.951	-187	-1.014
6.01.02.07	Outras Obrigações	9.466	-28.987	-34.780
6.01.02.08	Depósitos	1.827.980	2.545.511	914.779
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-64.724	-782.341	534.710
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	-137.822	-89.044	48.080
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	8.603	3.817	-63
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	79.384	5.705	3.547
6.01.02.13	Impostos e contribuição social pagos	-163.218	-191.625	-149.112
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.848	-35.746	-16.683
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-14.758	-3.445	-8.640
6.02.05	Aplicação no Intangível	-10.839	-45.318	-22.758
6.02.09	Títulos e Valores Moiliários Mantidos até o vencimento	12.749	13.017	14.715
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-98.625	-160.821	-175.870
6.03.03	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pg ou Prov	-98.625	-160.821	-175.870
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-280.984	1.011.166	-533.477
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.269.585	258.419	791.896
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	988.601	1.269.585	258.419

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	172.457	0	-167.934	0	-91.688	0	-87.165
5.04.01	Aumentos de Capital	172.457	0	-172.457	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	4.523	0	-15.980	0	-11.457
5.04.06.01	Dividendo Adicional Proposto	0	0	15.980	0	-15.980	0	0
5.04.06.02	Dividendos	0	0	-11.457	0	0	0	-11.457
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-75.708	0	-75.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	241.285	0	241.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	241.285	0	241.285
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	149.597	0	-149.597	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	149.597	0	-149.597	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.121	0	165.577	0	0	0	1.638.698

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	129.621	0	-194.431	0	-57.285	0	-122.095
5.04.01	Aumentos de Capital	129.621	0	-129.621	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-64.810	0	-11.461	0	-76.271
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-45.824	0	-45.824
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	241.199	0	241.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	241.199	0	241.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	183.914	0	-183.914	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	183.914	0	-183.914	0	0
5.07	Saldos Finais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	830.628	0	386.664	0	0	0	1.217.292
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	830.628	0	386.664	0	0	0	1.217.292
5.04	Transações de Capital com os Sócios	340.415	0	-386.664	0	-129.621	0	-175.870
5.04.01	Aumentos de Capital	340.415	0	-340.415	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-46.249	0	-50.187	0	-96.436
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-79.434	0	-79.434
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	324.052	0	324.052
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	324.052	0	324.052
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	194.431	0	-194.431	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	194.431	0	-194.431	0	0
5.07	Saldos Finais	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.926.830	1.603.038	1.805.554
7.01.01	Intermediação Financeira	1.845.712	1.545.856	1.643.007
7.01.02	Prestação de Serviços	142.888	133.243	126.813
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-107.209	-100.947	2.443
7.01.04	Outras	45.439	24.886	33.291
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-431.990	-217.866	-307.321
7.02.01	Captação	-364.601	-178.274	-296.624
7.02.02	Obrigação por Empréstimo e Repasse	-5.872	-1.860	-468
7.02.03	Despesas de Cambio	-3.500	-2.157	-828
7.02.04	Titulos e Valores Mobiliários	-58.017	-35.575	-9.401
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-389.683	-323.346	-352.417
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-25.729	-22.261	-22.153
7.03.02	Serviços de Terceiros	-362.814	-300.304	-292.092
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.140	-781	-38.172
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.105.157	1.061.826	1.145.816
7.05	Retenções	-42.772	-36.872	-30.418
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.772	-36.872	-30.418
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.062.385	1.024.954	1.115.398
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.062.385	1.024.954	1.115.398
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.062.385	1.024.954	1.115.398
7.09.01	Pessoal	478.936	421.344	485.111
7.09.01.01	Remuneração Direta	355.027	312.328	369.449
7.09.01.02	Benefícios	96.818	88.484	90.616
7.09.01.03	F.G.T.S.	27.091	20.532	25.046
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	310.575	340.156	285.700
7.09.02.01	Federais	302.453	332.478	278.527
7.09.02.03	Municipais	8.122	7.678	7.173
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	31.589	22.255	20.535

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.09.03.01	Aluguéis	31.589	22.255	20.535
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	241.285	241.199	324.052
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	75.708	45.824	79.434
7.09.04.02	Dividendos	15.980	11.461	96.436
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	149.597	183.914	148.182

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BPAR
B3 LISTED

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF Nº 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114



Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARÁ
RELATÓRIO DE RESULTADOS DO ANO DE 2021

O Banco do Estado do Pará S/A - Banpará, sociedade anônima de capital aberto, com ações ordinárias sob o código BPAR3, anuncia seus resultados para o ano de 2021. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banco, no endereço eletrônico ri.banpara.b.br.

DESTAQUES 2021

✓ **Lucro Líquido – R\$ mil****241.285**

▲ 0,04% em relação ao ano de 2020

R\$ 25,34 por ação ON✓ **Ativo Total – R\$ mil****12.518.707**

▲ 18,25% em relação ao ano de 2020

ROA 1,94%✓ **Patrimônio Líquido – R\$ mil****1.638.698**

▲ 10,38% em relação ao ano de 2020

ROE 15,24%

Como consequência do comportamento dos negócios, o Lucro Líquido do Banpará foi de R\$ 241.285 mil, equivalente a R\$ 25,34 por ação ON. Além disso, os Ativos Totais foram de R\$ 12.518.707 mil, expansão que refletiu um percentual de 18,25% com relação ao ano anterior, motivado principalmente pelas Operações de Crédito que aumentaram em 33,14%.

O Patrimônio Líquido aumentou 10,38%, ocasionado pela incorporação do resultado do período.

Outro ponto positivo apresentado foi o retorno anualizado sob os Ativos Totais de 1,94%.

Obteve-se, também, uma rentabilidade de 15,24%. Pode-se concluir que o investidor levará um pouco mais de 6 anos para recuperar o valor investido.

Em 2021, mesmo em meio ao cenário de incertezas provocado pela pandemia do COVID-19 e suas variantes, o Banpará expandiu suas linhas de crédito permitindo assim, o seu fortalecimento com seus colaboradores e clientes.

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Itens Patrimoniais – R\$ mil

	2021	2020	V12M
Ativos Totais	12.518.707	10.586.556	18,25%
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	8.424.013	6.327.348	33,14%
Apli. Interfinanceiras de Liquidez	1.580.593	1.801.487	-12,26%
Captações Totais	10.419.036	8.793.602	18,48%
Patrimônio Líquido	1.638.698	1.484.579	10,38%

Itens de Resultado - R\$ mil

	2021	2020	V12M
Receitas Totais	2.053.558	1.743.611	17,78%
Resultado Bruto da Intermedi. Financeira	1.332.937	1.255.522	6,17%
Resultado Operacional	447.669	492.473	-9,10%
Margem Financeira (1)	1.470.597	1.381.534	6,45%
EBITDA (2) (LAJIDA)	490.440	529.346	-7,35%
Lucro Líquido	241.285	241.199	0,04%
Receita de Serviços (3)	142.888	133.243	7,24%
Despesas com Provisões (PCLD)	137.660	126.012	9,24%
Despesas Administrativas (4)	462.903	381.691	21,28%
Margem Líquida (5)	12,16%	13,83%	-12,10%
Margem EBITDA (6)	23,88%	30,36%	-21,33%

Índices e Medidas de Eficiência (%)

	2021	2020	V12M
Inadimplência (% da Carteira) (7)	1,63%	1,61%	1,24%
Índice de Basileia	18,45%	20,89%	-11,68%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (8)	1,94%	2,37%	-18,14%
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE) (9)	15,24%	16,73%	-8,88%
Índice de Eficiência	65,6%	59,2%	10,67%
Índice de Provisão (10)	2,38%	2,76%	-13,77%
Índice de Cobertura (11)	28,3%	30,2%	-6,29%

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (2) Resultado Operacional – Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
- (3) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.
- (4) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.
- (5) Lucro Líquido / Receita Total.
- (6) EBITDA / Receita Total.
- (7) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.
- (8) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).
- (9) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- (10) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- (11) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.

Contato de Relações com Investidores
Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora de Controle, Risco e Relações com
Investidores
Contato +55 91 3348-2879
ri_banpara@banparanet.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Mensagem da Administração**

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao ano de 2021, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o ano de 2021.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

**Banpará**

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Principais Indicadores Macroeconômicos

	4T2021	4T2020	4T2019
IPCA (acumulado em 12 meses)	10,06%	4,52%	4,31%
INPC (acumulado em 12 meses)	10,16%	5,45%	4,48%
Taxa Selic Over (a.a.) – efetiva	8,76%	1,90%	4,59%
CDI Overnight (a.a.) – efetiva	8,76%	1,90%	4,59%
Taxa de Juros TJLP (a.a.) - efetiva	5,32%	4,55%	5,57%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Economia Internacional

O cenário econômico internacional mostrou perspectiva estável no quarto trimestre de 2021 em relação a retomada do crescimento do PIB global em 2021, mas apresentou elevado grau de incerteza quanto ao crescimento da economia mundial em 2022. O Fundo Monetário Internacional (FMI) em seu último relatório *World Economic Outlook Update* (WEO), publicado em janeiro de 2022, manteve a projeção de crescimento de 2021 em 5,9% e reviu para baixo a previsão de crescimento da economia mundial para 2022 passando para 4,4%, ante 4,9% na previsão de outubro de 2021, resultado do surgimento da variante *Ômicron* da COVID-19, da ruptura das cadeias de abastecimento e a baixa oferta de energia, além da retração do setor imobiliário na China. Já para 2023, a perspectiva de crescimento do Fundo é de 3,8%.

O WEO também mostra que a expectativa do FMI para o crescimento das economias avançadas é de 3,9% para 2022 e de 2,6% para 2023. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa é de 4,8% em 2022 e 4,7% em 2023. Já para a Ásia emergente e em desenvolvimento a projeção é de 5,9% para 2022 e de 5,8% para 2023.

Economia Nacional

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais divulgados em dezembro de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou variação negativa de 0,1% na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2021 (série dessazonalizada), sendo a maior queda registrada pela Agropecuária que apresentou variação de -8% nesse período. Entretanto, em relação ao terceiro trimestre de 2020 a atividade econômica nacional apresentou crescimento de 4%. A projeção do Banco Central do Brasil (BC), publicada no Relatório de Inflação de dezembro de 2021, para o crescimento do PIB em 2021 foi revisada para baixo em relação à estimativa do relatório anterior, passando de 4,7% para 4,4%. Já para 2022 a queda na projeção do BC foi mais acentuada, passando de 2,1% no Relatório anterior para 1,0%, piora que reflete as surpresas negativas em dados recentemente divulgados, novas elevações da inflação e aumento no risco fiscal.

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de dezembro variação de 0,73% e ficou 0,22 ponto percentual (p.p.)

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

abaixo da taxa de 0,95% registrada em novembro, destaque para o grupo de Vestuário que apresentou no mês dezembro alta de 2,06%, em seguida os grupos de Artigos de Residência e Alimentação e Bebidas que apresentaram variação de 1,37% e 0,84%, respectivamente. O acumulado da inflação dos últimos doze meses foi 10,06%, contra os 4,52% nos 12 meses imediatamente anteriores. Quanto à inflação para 2022, de acordo com a Pesquisa Focus realizada pelo BC e publicada em 10 de janeiro de 2022, a estimativa do mercado para o IPCA nesse ano é de 5,03%, ligeiramente acima do intervalo superior da meta de inflação (5%).

Economia Local

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará mostrou-se positiva no 2º semestre de 2021. A Fundação reviu em julho sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2021 para 4,49%, ante 3,21% previsto em maio de 2021, resultado da melhora nos indicadores econômicos, bem como da ampliação da mobilidade e da continuidade do processo de vacinação no Estado. Já para 2022 a estimativa de crescimento do PIB do Pará é de 3,53%. Em linha com a expectativa de crescimento da economia paraense em 2021, o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-Pa) de novembro de 2021, divulgado pelo IBGE, apresentou crescimento de 1,35% em relação ao mês anterior (série dessazonalizada), mantendo a perspectiva de retomada do crescimento da economia paraense.

A indústria paraense também apresentou resultado positivo no quarto trimestre de 2021, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE publicada em janeiro de 2022, referente ao mês de novembro de 2021, a produção industrial do Estado apresentou crescimento de 3,5% em relação ao mês de outubro (série com ajuste sazonal), esse resultado garantiu ao Pará a terceira melhor posição entre os 15 Estados pesquisados.

Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE em janeiro de 2022, referente ao mês de novembro de 2021, mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou ligeiro recuo de -0,2% em comparação com o mês de outubro de 2021. Considerando o comércio varejista ampliado, que contempla além das atividades que compõem o indicador do comércio varejista as atividades de material de construção e veículos, motocicletas, partes e peças, o Pará apresentou variação negativa de 2,3% nessa mesma base de comparação.

No tocante a inflação, dados do IBGE de dezembro de 2021 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 8,10%. No mês de dezembro esse índice apurado no Estado apresentou variação de 0,95%.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresenta bom conceito junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2021 do Tesouro Nacional publicado em outubro de 2021, o Estado manteve nota “B” da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento).

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Análise das Operações

Ativos

Total de Ativos por Tipo - R\$ mil

	2021	2020	V12M
Disponibilidades	196.602	199.598	-1,50%
Aplicações Financeiras	1.580.593	1.801.487	-12,26%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.133.007	1.041.071	8,83%
Relações Interfinanceiras	679.472	614.599	10,56%
Operações de Créditos	8.087.699	6.097.101	32,65%
Outros Créditos	649.443	626.532	3,66%
Outros Valores e Bens	9.705	6.753	43,70%
Permanente	182.187	199.415	-8,64%
Total	12.518.707	10.586.556	18,25%

O Banpará encerrou o exercício de 2021 com Ativos Totais no montante de R\$ 12.518.707 mil, expansão de 18,25% quando comparado ao exercício de 2020, motivado, principalmente, pelo aumento das Operações de Crédito.

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras - R\$ mil

	2021	2020	V12M
Interfinanceiro de Liquidez	1.580.592	1.801.487	-12,26%
TVM	1.133.007	1.041.070	8,83%
Cotas de Fundo	2.573	1.825	40,96%
Renda Fixa*	987.657	863.563	14,37%
Compromissadas	791.998	1.069.987	-25,98%
Depósito Interfinanceiro	788.594	731.499	7,81%
Compulsório Total	600.268	521.390	15,13%

*Considera apenas os títulos públicos livres

A variação nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no fechamento de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior, ocorreu devido à redução de 25,98% nas aplicações em Operações Compromissadas, em função de ajustes no fluxo de caixa, havendo, todavia, aumento de 7,81% nas aplicações de Depósitos Interfinanceiros. Quanto as aplicações em renda fixa houve aumento de 14,37%, devido principalmente ao incremento no estoque de títulos públicos próprios, a fim de manter ajustado ao orçamento para o período.

Outro ponto de destaque foram as aplicações em Cotas de Fundo, as quais tiveram valorização de 40,96% decorrente de avaliação independente, contratada pelo Administrador do Fundo, que reavaliou a valor justo as cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP.

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

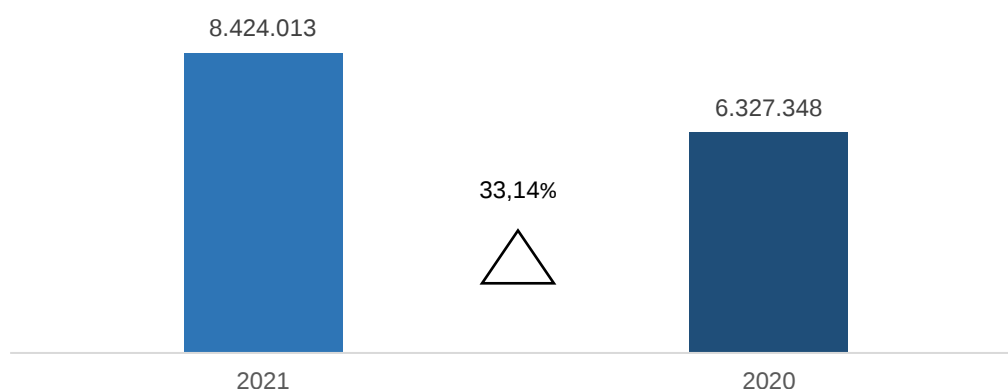
Com relação ao Compulsório total, tivemos uma variação positiva de 15,13% em comparação a 2020, onde o fator de maior contribuição para este aumento foi a variação no saldo da Reserva Bancária vinculada aos Depósitos à Vista (30,43%), especificamente em contas de Governo. A variação foi motivada, principalmente, pela criação de diversas linhas de Benefícios Sociais provenientes do Governo Estadual e Municipal, para auxílio à população em apoio as estratégias de enfrentamento adotadas para este período pandêmico que ainda estamos enfrentando.

Captação por Linha de Produtos - R\$ mil

	2021	2020	V12M
Depósito à Vista	1.608.264	988.317	62,73%
Poupança	1.455.317	1.396.112	4,24%
Depósito a Prazo	7.240.146	5.852.212	23,72%
Depósito Interfinanceiro	-	239.032	-100,00%
Letra Financeira	11.923	149.745	-92,04%
Compromissadas	102.312	167.036	-38,75%
Total	10.417.964	8.792.456	18,49%

As captações mantiveram os níveis de liquidez do Banco em patamares adequados frente a estratégia de expansão dos negócios. As captações cresceram 62,73% em Depósito à Vista, 23,72% em Depósito a Prazo e 4,24% em Poupança, refletindo o perfil conservador dos clientes do Banco.

As captações institucionais, via Depósito Interfinanceiro e Letra Financeira, obtiveram recuo respectivos de 100% e 92,04%, compensado pelo considerável aumento no saldo das linhas de varejo. Quanto ao recuo nas obrigações por Operações Compromissadas comparado ao ano de 2020 justifica-se pela alta na liquidez da instituição.

Créditos – R\$ Milhões

As Operações Totais de Crédito alcançaram um incremento de 33,14% quando comparado ao ano anterior, devido ao aumento das liberações de crédito consignado e das operações com títulos e valores mobiliários.

Relatório da Administração 2021

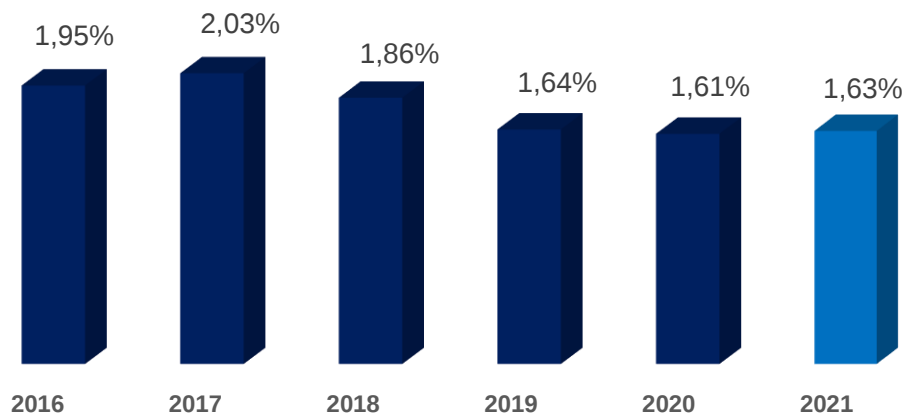
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco – R\$ mil

	R\$ mil			% Carteira		
	2021	2020	V12M	2021	2020	V12M
AA	4.406.920	1.098.834	301,05%	52,31%	17,37%	201,15%
A	3.509.426	4.888.117	-28,20%	41,66%	77,25%	-46,07%
B	131.534	45.425	189,56%	1,56%	0,72%	116,67%
C	84.734	43.502	94,78%	1,01%	0,69%	46,38%
D-H	291.396	251.468	15,88%	3,46%	3,97%	-12,85%
Total	8.424.012	6.327.348	33,14%	100,00%	100,00%	0,00%

O Banpará mantém 96,54% nas classes de risco AA – C. O aumento da participação do nível de risco AA reflete, em especial, a implantação de modelo de classificação de risco que considera o comportamento creditício dos clientes, no que se refere a atrasos e pontualidades nos pagamentos.

Índices de Inadimplência – Acima de 90 dias



Análise dos Resultados

Receitas – R\$ mil

	2021	2020	V12M
Operações de Créditos	1.659.467	1.479.357	12,17%
Resultado das Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	164.781	67.543	143,96%
Resultado das Aplicações Compulsórias	12.148	9.031	34,52%
Resultado de Operações de Câmbio	4.675	5.737	-18,51%
Receita de Serviços	142.888	133.243	7,24%
Outras Receitas Operacionais	55.235	38.676	42,81%
Receitas Não Operacionais	14.365	10.024	43,31%
Total	2.053.558	1.743.611	17,78%

As receitas do Banpará, em 2021, aumentaram em 17,78% quando comparada ao exercício de 2020, influenciadas principalmente pelo crescimento das receitas com

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

operações de crédito, resultante da expansão dos empréstimos com destaque para o produto consignado e aumento do resultado dos TVM's em virtude da alta liquidez do Banco.

Custos e Despesas da Intermediação Financeira – R\$ mil

	2021	2020	V12M
Operações de Captação no Mercado	364.601	178.274	104,52%
Operações de Empréstimos e Repasses	5.872	1.860	215,77%
Provisão para Operações de Crédito	137.660	126.012	9,24%
Total	508.133	306.145	65,98%

As despesas com intermediação financeira do Banpará aumentaram em 65,98%, quando comparada ao exercício de 2020, em decorrência do crescimento das despesas de captação ocasionada pelo aumento da SELIC, aumento nas operações com empréstimos e repasses, bem como aumento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, devido ao crescimento da probabilidade de inadimplência – PRINAD.

Despesa com Pessoal - R\$ mil

	2021	2020	V12M
Proventos	308.095	267.590	15,14%
Benefícios	80.390	74.095	8,50%
Encargos Sociais	109.412	93.555	16,95%
Treinamentos e Outros	6.762	5.836	15,86%
Total	504.659	441.076	14,42%

As despesas com pessoal do Banpará aumentaram em 14,42% quando comparada ao exercício de 2020, em decorrência do plano de expansão da rede de agências e do reajuste salarial proveniente do acordo coletivo.

Outras Despesas Administrativas - R\$ mil

	2021	2020	V12M
Serviços de Terceiros	116.890	111.679	5,00%
Consumo, Manutenção e Materiais	81.675	67.902	20,28%
Sistema de Processamento de Dados	121.306	84.910	42,86%
Aluguéis	31.589	22.255	41,94%
Depreciação e Amortização	42.771	36.872	16,00%
Propaganda e Publicidade	29.410	16.991	73,09%
Transporte	30.270	31.510	-3,93%
Outras Despesas Administrativas	8.993	9.572	-6,05%
Total	462.904	381.692	21,28%

As despesas administrativas do Banpará aumentaram em 21,28% quando comparada ao exercício de 2020, com destaque para o aumento com despesas de aluguel, oriundo de novos contratos e reajustes nos demais; aumento nas despesas com amortização em virtude da conclusão dos projetos relacionados com o ativo intangível do Banco e

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

aumento das despesas com processo de dados, propaganda e publicidade em decorrência dos contratos de patrocínio efetuados pelo Banco.

Despesas Tributárias - R\$ mil

	2021	2020	V12M
Contribuição ao PIS/PASEP	10.402	9.665	7,63%
Contribuição ao Cofins	64.010	59.474	7,63%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.149	6.659	7,36%
Outras Despesas Tributárias	1.504	1.377	9,28%
Total	83.065	77.175	7,63%

As despesas tributárias do Banpará aumentaram em 7,63% quando comparada ao exercício de 2020, reflexo do crescimento das receitas no mesmo período.

Outras Despesas Operacionais - R\$ mil

	2021	2020	V12M
Provisão para Outros Créditos	5.035	7.016	-28,24%
Despesa com Ações Cíveis	2.177	938	132,07%
Provisões Passivas	15.220	20.041	-24,06%
Descontos Concedidos em Renegociações	890	244	264,50%
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	4.108	2.133	92,59%
Serviços Associados a Transações de Pagamento	2.753	2.509	9,72%
Outras	2.582	2.144	20,40%
Total	32.764	35.026	-6,46%

Apesar do aumento nas despesas com ações cíveis, em decorrência do cumprimento de sentenças judiciais, aumento nos descontos concedidos, devido as renegociações efetuadas e da oscilação da taxa cambial, que enseja aumento nas despesas de câmbio, as despesas operacionais reduziram em 6,46% quando comparada ao exercício de 2020, reflexo da diminuição da provisão para outros créditos e redução das provisões passivas.

Rating

**STANDARD
& POOR'S**

(BB-/B)
Rating
Escala Global

(brAA+/brA-1+)
Rating
Escala Nacional

MOODY'S

(Ba2/NP)
Rating
Escala Global

(Aa3.br/BR-1)
Rating
Escala Nacional

As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco refletem o desempenho operacional e a qualidade da administração na Companhia.

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A **Standard & Poor's**, em setembro de 2021, manteve o *rating* do Banco em escala global e nacional, destacando como pontos positivos o histórico de forte rentabilidade e geração interna de capital, posição sólida de liquidez, bem como a estrutura de *funding* (captação de recursos) de varejo diversificada, estável e de baixo custo. Conforme o relatório da agência, a perspectiva do *rating* do Banpará permanece estável e a baixa exposição às modalidades de crédito de maior risco contribuiu para um desempenho financeiro sólido, mesmo durante períodos de crise econômica. O Banco também possui uma posição de liquidez bastante confortável, dado ao histórico de grande volume de ativos líquidos. A perspectiva estável do *rating* de crédito de emissor de longo prazo do Banpará indica que os *ratings* não devem mudar nos próximos 12 meses.

A **Moody's Investors Service**, em outubro de 2021, apresentou relatório com perspectiva estável e bem consolidada em relação ao Banpará. Os *ratings* do Banco refletem os fundamentos financeiros sólidos, incluindo elevada capitalização, forte geração de lucros, bem como métricas de qualidade de ativos que se beneficiam principalmente da carteira de baixo risco de créditos consignados. O Banpará financia suas operações através de uma base granular de depósitos de baixo custo, um fator importante para sua rentabilidade elevada. Em junho de 2021, a carteira de crédito do Banpará alcançou R\$ 7,4 bilhões, um crescimento de 25% nos últimos 12 meses. Nos últimos anos, o Banpará tem buscado diversificar a carteira de crédito para pequenas e médias empresas (PMEs) locais e financiamento imobiliário. Apesar da queda da rentabilidade em 2020 e no 1º semestre de 2021, devido à expansão de agências e um maior custo de crédito devido à pandemia, o índice de lucro líquido sobre ativos tangíveis se manteve forte, atingindo 1,9% no 1º semestre de 2021, acima da média de 1,5% do sistema financeiro no mesmo período.

O Banpará possui boa participação em crédito e depósito no Pará, boa qualidade de ativos como resultado da carteira de empréstimos consignados de baixo risco. A forte capitalização fornece confortável colchão para perdas enquanto o Banco explora novos negócios. Além disso, o Banpará não depende do serviço de correspondentes bancários para originação das operações, dada a extensa cobertura no Estado do Pará.

Os relatórios completos das agências de *rating* estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banpara.b.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Composição Acionária

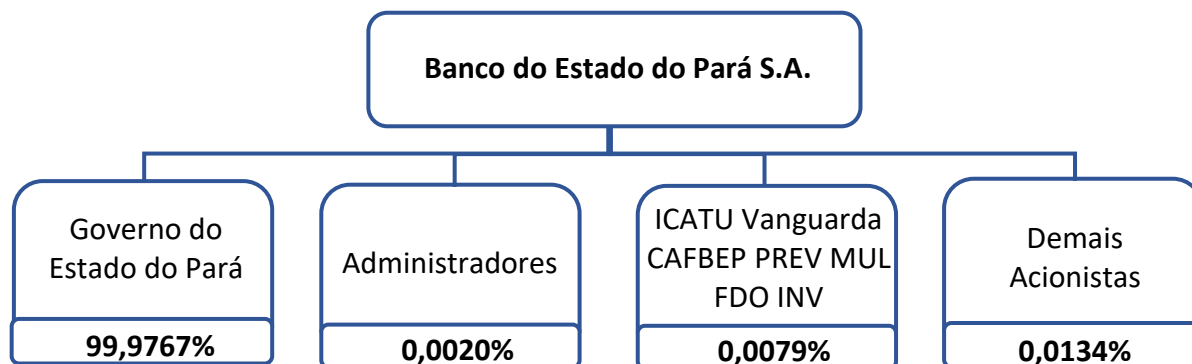
Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	193	0,0020%
Outros	1.269	0,0134%
Total	9.521.649	100,0000%

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto. O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

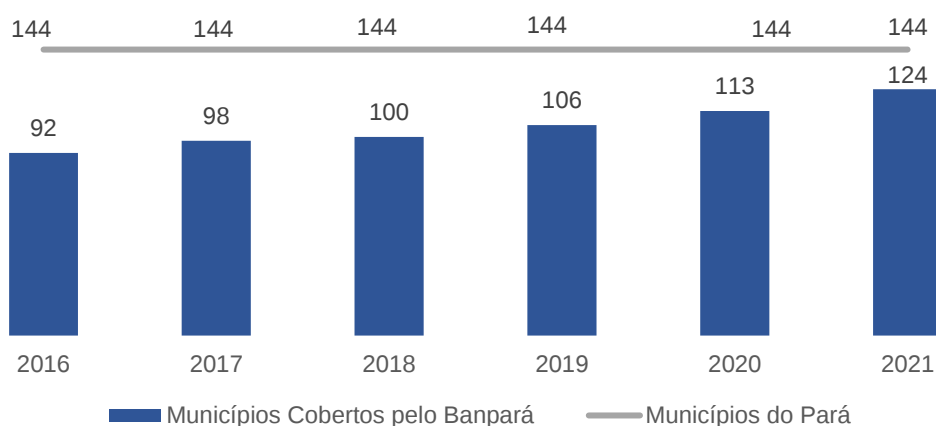
Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Organograma Societário



Cobertura Geográfica



Market Share

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 4T2021 E 4T2020

Região de Integração ¹	2021			2020		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	15	42	35,71%	14	42	33,33%
Baixo Amazonas	13	43	30,23%	12	43	27,91%
Carajás	13	54	24,07%	12	57	21,05%
Guajará ²	18	133	13,53%	18	139	12,95%
Guamá	14	38	36,84%	11	36	30,56%
Lago de Tucuruí	6	24	25,00%	5	23	21,74%
Marajó	10	18	55,56%	10	21	47,62%
Rio Caetés	12	26	46,15%	11	28	39,29%
Rio Capim	14	43	32,56%	12	42	28,57%
Tapajós	6	14	42,86%	6	14	42,86%
Tocantins	12	42	28,57%	12	42	28,57%
Xingu	8	25	32,00%	7	27	25,93%
Total	141	502	28,09%	130	514	25,29%

¹ Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Deste agrupamento fazem parte cinco dos sete municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Fonte: BCB – Relação de Agências (base: Outubro/2021 e Dezembro /2020).

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Market Share em Relação ao Mercado - % - No Estado: 2021, 2020 e 2019 (Valores em R\$ mil)

	2021 ¹		Market Share	2020		Market Share	2019		Market Share
	Banpará	Pará		Banpará	Pará		Banpará	Pará	
Depósitos a prazo	8.053.337	18.298.084	44,01%	5.853.358	15.987.741	36,61%	3.701.985	10.687.099	34,64%
Depósitos à vista	1.287.723	5.885.331	21,88%	988.318	5.700.408	17,34%	882.529	3.871.761	22,79%
Depósitos de poupança	1.435.126	14.133.515	10,15%	1.396.112	14.318.284	9,75%	1.154.877	11.016.826	10,48%
Operações de Crédito	7.955.939	37.757.246	21,07%	6.269.511	30.815.691	20,35%	5.336.201	26.077.881	20,46%

¹ Valores com base no mês de outubro/2021.

Fonte: BCB – ESTBAN, referente a dezembro de cada ano.

Investimento em Capital Humano

O Banpará, no ano de 2021, disponibilizou 13.038 vagas de capacitação em cursos, treinamentos, palestras, webinar, workshops, distribuídas entre as áreas de interesse do Banco. Foram ao todo 4.676 horas de capacitações distribuídas em 187 (cento e oitenta e sete) capacitações.

As capacitações foram promovidas pela Universidade Corporativa Banpará - UniBanp que tem como principal objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados, em consonância ao Planejamento Estratégico do Banco. Respeitando as diretrizes, governamentais e internas, de proteção à Pandemia do Covid-19, os treinamentos em 2021, em sua maioria, ocorreram na modalidade on-line.

Dentre os temas relevantes destacamos: 1ª Semana de Compliance do Banpará (893 empregados), Curso Segurança da Informação (2.049 empregados), Introdução à Governança de Dados (625 empregados), Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (1.444 empregados), Relacionamento com os Consumidores Potencialmente Vulneráveis (1.069 empregados), Trilha Mentalidade Ética (485 Empregados).

Destarte, em dezembro de 2021, a Diretoria Colegiada (04), Conselho de Administração (07), Conselho fiscal (03). Comitê de Auditoria/Risco Estatutário (05) e Núcleo de Governança (02) também foram capacitados sobre o tema: Governança para Administradores e Conselheiros Fiscais.

Através do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, o Banpará tem proporcionado aos seus empregados, incentivos para a educação continuada, com ressarcimentos de 50% a 80% em cursos de graduação e pós-graduação, beneficiando, no ano de 2021 um total de 138 empregados.

Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Capital

O Banpará, no que diz respeito ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos financeiro e o gerenciamento de capital, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhado às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, avaliação, mensuração, mitigação e monitoramento dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

O Banco possui, ainda, o Núcleo de Controle Interno e de Compliance - Nucic, responsável por assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controles Internos, da função do Compliance e da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Anticorrupção, objetivando mitigar

Relatório da Administração 2021**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

os riscos, bem como disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes; e a Superintendência de Gestão de Risco Operacional - Surop, responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas causadas por falha operacional e garantir a continuidade dos negócios, vinculadas à Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores - Dicri (CRO).

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos é realizado pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, unidade responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a risco financeiro e risco social, ambiental e climático, bem como realiza o gerenciamento de capital. Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital do Banpará são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Suris disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta resolução, o Risco de Mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

No Banpará, a Gerência de Risco de Mercado e Liquidez e Gestão de Capital (Geric) é responsável pela medição, monitoramento e controle das exposições aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e produtos, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados. Além disso, o gerenciamento de risco de mercado também envolve um conjunto de áreas administrativas/estratégicas da Instituição, para as quais são reportadas posições e exposições em relatórios mensais ou extraordinários, havendo contínuo acompanhamento das posições de risco de mercado.

Risco de Liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; como também a possibilidade da instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações posteriores, aos

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pelo mercado financeiro. O gerenciamento de risco de liquidez visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais e de estresse, contemplando avaliação diária das operações, são avaliados, ainda, por meio de cenários prospectivos aos riscos, eventuais impactos na condição de liquidez do Banpará.

Risco de Crédito

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo Núcleo de análise ou Comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias. Ambas consideram as informações cadastrais e comportamentais dos clientes, atualizadas, sendo que a análise objetiva é feita automaticamente com base em parâmetros objetivos e indicando a classe de rating equivalente.

A mensuração do risco de crédito é realizada também por meio de diversos índices como: inadimplência, qualidade da carteira, provisão para crédito de liquidação duvidosa, concentração, matriz de migração, entre outros, que refletem o perfil de risco da Instituição. Tais indicadores são devidamente reportadas aos Órgão de Governança do Banco e demais áreas envolvidas no processo creditício, por meio de relatórios gerenciais.

Gerenciamento de Capital

Conforme Resolução CMN nº 4.557/2017, define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Todas as rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital ocorrem no estrito cumprimento dos atos normativos internos e externos, com a finalidade de atendimentos dos requerimentos mínimos de capital.

O Conselho Monetário Nacional, visando à ampliação da resiliência e solidez dos Bancos, criou os “colchões” adicionais ao capital regulamentar, o adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- Adicional contracíclico de capital principal, no máximo 2,5% do montante do RWA:
 - Fator multiplicador do Bacen (ACCPiBRASIL) está igual a zero, portanto não impacta a posição do Banpará;
- Adicional de importância sistêmica de capital principal (ACPSistêmico), até 2% do montante do RWA:

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- O Banpará não está enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, pois o Banco pertence ao segmento S3, desta forma o impacto também é zero;
- Adicional de conservação de capital principal (ACPConservação), 2% do montante do RWA:
- Na base atual, para o cálculo de capital mínimo do Banpará, considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8% e o ACPConservação de 2%, onde a soma dos dois fatores relacionados compõe o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 10%.

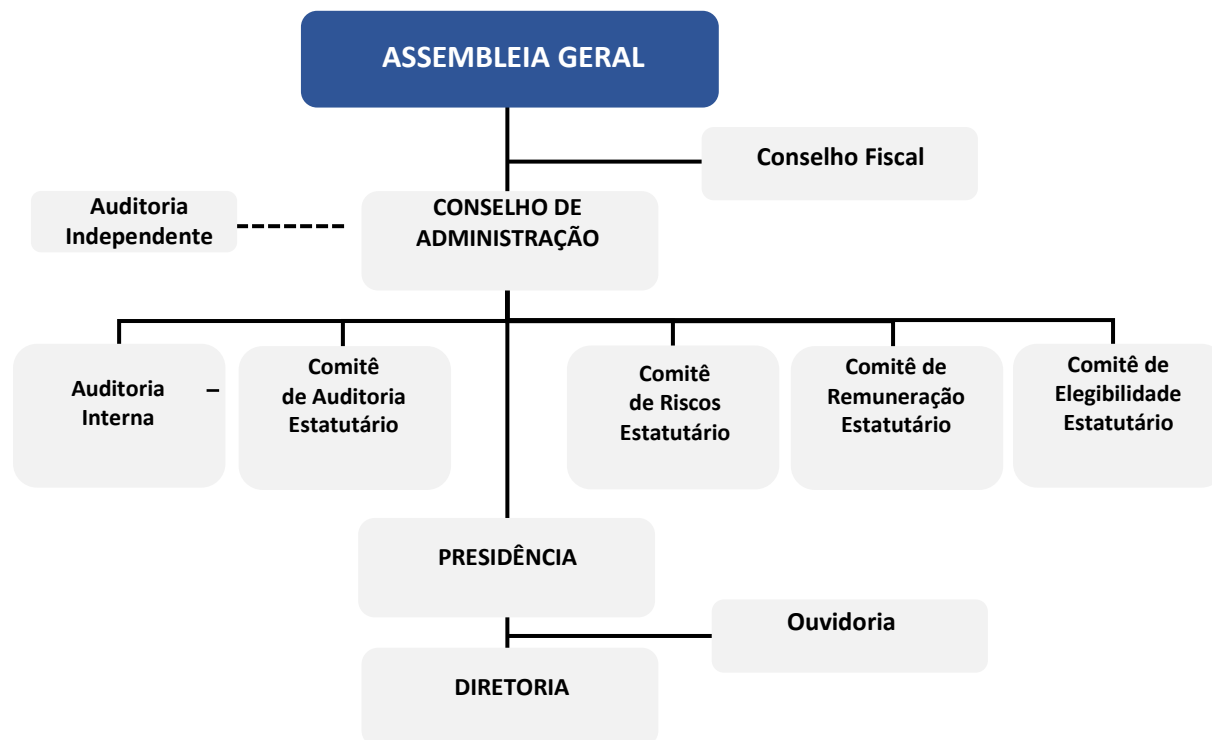
Para fins gerenciais, o Banpará definiu na Declaração de Apetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15% de IB, o percentual abaixo desse limite (14,99%) é considerado como acionador do Plano de Contingência de Capital. Para o 4º trimestre de 2021 (4T21) as posições capital se apresentaram da seguinte forma:

Gestão de Capital - R\$ milhões

	4T21	3T21	4T20	V3M	V12M
Patrimônio de Referência	1.517	1.509	1.343	0,53%	12,96%
PR Nível I	1.517	1.509	1.343	0,53%	12,96%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Índice de Basileia	18,45%	19,72%	20,89%	-6,44%	-11,68%

Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, operacional, socioambiental e *compliance* podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio de Relações com Investidores (ri.banpara.b.br).

Governança Corporativa



Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de controles internos e de gestão de riscos e *compliance*.

Comitê de Elegibilidade Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, de acordo com as orientações e disposições contidas na Política de Indicação e Sucessão do Banpará.

Comitê de Remuneração Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comitê de Riscos Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e revisar os balanços e demonstrações financeiras, reportando seus relatórios aos acionistas, consoante a legislação societária brasileira.

Diretoria Colegiada: responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e Estatuto Social do Banpará.

Ouvidoria: exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos na busca de soluções para melhoria de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.

Auditoria Independente: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos. Em cumprimento ao contido no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, Auditoria Externa.

Auditoria Interna: vinculada direta e hierarquicamente ao Conselho de Administração e, tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria orientada por uma filosofia de agregar valor e melhorar as operações da organização, auxiliando no alcance dos objetivos do Banpará, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa.

Relatório da Administração 2021**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**
Ouvidoria

A Ouvidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 (dez) dias úteis, estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/20, de 10 (dez) dias corridos, estabelecido pela plataforma Consumidor.gov.br ou de 20 (vinte) dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação nº 2.527/11 e Decreto Estadual Nº 1.359/2015. Atua ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento da Instituição Financeira com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o demandante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A avaliação que registra notas de 1 a 5, de acordo com o nível de satisfação para a solução apresentada e pela qualidade no atendimento da Ouvidoria, os registros de avaliação são encaminhados ao Bacen, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.860/2020. No ano de 2021, foram analisadas 1.071 demandas, sendo 344 procedentes e 727 improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco por meio de proposições, nos Relatórios Semestrais, que objetivam melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com a Resolução 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional, bem como Carta Circular nº 3.503/2010; Circular 3.778/2015, emitidas pelo Banco Central do Brasil; obedece à Resolução CVM nº 43/2021; dá cumprimento ao Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 e atende ao Ofício Circular nº 06, de 09/06/2016 Gab/OGE/PA Ouvidoria Geral do Estado. Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da Febraban que, pelo Sarb 022/2019 (SARB - Sistema de Autorregulação Bancária), exige das ouvidorias que ao menos 50% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 5 dias úteis. Houve o cumprimento desse prazo em 67,69%, no percentual consolidado do ano de 2021, sendo 725 demandas atendidas em até 5 dias úteis das 1.071 registradas.

Controles Internos e Compliance

A área de Controles Internos e *Compliance* busca assegurar que as atividades da Instituição sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade está estruturada segundo os principais componentes do COSO (*Comitee of Sponsoring Organizations*). Dessa forma, os riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e respondidos no contexto do apetite a riscos estabelecido pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, com o estabelecimento de atividades de controle para ajudar a assegurar, de forma adequada e oportuna, as respostas aos riscos avaliados.

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Programa de *Compliance* instituído no Banpará vem para fortalecer a cultura, alavancar os negócios e proteger a reputação deste Banco.

Para a eficiência do sistema de controle interno e *compliance* são realizados monitoramento a partir da realização de contínuas avaliações independentes, visando resguardar imagem, recursos e diminuir a ocorrência de perdas. As fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação, os quais são monitorados e os status reportados à Diretoria Colegiada, Comitês Estatutários e Conselho de Administração, mensalmente e trimestralmente, respectivamente.

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT), com o objetivo de minimizar os riscos de utilização dos produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, a instituição adota procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de PLD/FT e metodologia de avaliação de risco de PLD/FT, com ferramentas de monitoramento, aplicação das políticas de identificação de clientes (conheça seu cliente, conheça seu funcionário e conheça seu fornecedor e prestador de serviços terceirizados) e avaliação de risco sob a ótica de PLD sobre os novos produtos, serviços e transações.

Sustentabilidade e Ações sociais

Nossas estratégias socioambientais para o desenvolvimento econômico e social sustentável foram desafiadoras, considerando o propósito de ampliar nossa gestão para uma agenda mais robusta de governança social, ambiental e climática, a fim de mitigar o risco socioambiental relacionado aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado.

Atualizamos nossas diretrizes socioambientais contidas na Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA, em consonância com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, constante na Resolução nº 4.327/2014, no que tange à mitigação do risco socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, considerando a avaliação da relevância e proporcionalidade, bem como as normas do SARB nº 14 da Febraban, que corroboraram para a implantação do Manual de Normas e Procedimentos de Classificação, Avaliação e Monitoramento de Riscos Socioambientais.

Esse processo contou com um maciço envolvimento das partes interessadas, por meio de consulta pública, promovendo amadurecimento e maior robustez às diretrizes para mitigação dos riscos socioambientais.

Nesse sentido, implantamos um novo Plano de Implementação da PRSA e a Agenda ASG, iniciativas formais do comprometimento do Banco com a responsabilidade social, ambiental e climática.

Dentre os compromissos contidos nesta agenda, ressaltamos:

- Alinhamento estratégico com as questões de responsabilidade socioambiental - RSA e com os Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS;
- Estruturação de Plano para comunicação sobre RSA e de Programa de treinamento sistemático sobre riscos e RSA;
- Implantação de produtos de crédito mais sustentáveis, neste destacamos o “Banpará-Bio” – linha de financiamento destinada às áreas pressionadas pelo desmatamento, e “Energia Solar”, voltada para financiamento de sistemas fotovoltaicos para pessoas físicas e jurídicas.

Relatório da Administração 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimos em ações e divulgações periódicas que disseminam a responsabilidade socioambiental e o comprometimento do Banco na busca de melhores resultados, considerando os indicadores de sustentabilidade, visando incentivar a conscientização dos nossos colaboradores, disseminar a cultura socioambiental e as regras da PRSA.

Publicamos o Relatório de Sustentabilidade - ano 2020, conforme Normas *Standard* da *Global Reporting Initiative* (GRI), como forma de valorizar a transparência e atender às diretrizes contidas na PRSA, bem como na Lei nº 13.303/2016.

Mantivemos a distribuição de canecas de porcelana, o que representa importante contribuição para a redução de aproximadamente 40% no consumo de descartáveis, comparado ao ano anterior. E ainda, realizamos coleta seletiva periódica, ajudando a promover educação ambiental entre funcionários e colaboradores, e a sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado do Pará. Destinamos aproximadamente 6 t de materiais como papel, plástico e metal; 12 kg de pilhas e baterias; e 361 kg de vidro, para descarte ambientalmente correto.

Mantivemos o apoio aos projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos, investindo nesses projetos mais de R\$ 550 mil. Dentre eles, Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes em tratamento de câncer e outras patologias crônicas; Espaço Nova Vida, que trata dependentes químicos; e Associação Projeto Ação Sorriso, que oferece atendimentos clínicos e de fisioterapia no município de Itaituba.

Da mesma forma, contribuímos com o McDia Feliz, campanha nacional realizada em benefício das Casas Ronald McDonald, destinando mais R\$ 15 mil ao projeto por meio da venda de tíquetes da campanha; e com o Natal de muitas famílias em todo o Pará por meio da 7ª Edição da Campanha “Doe e Faça Alguém sorrir neste Natal”, que entregou aproximadamente 1500 brinquedos e 220 cestas básicas.

Favorecendo a prática da Inclusão Social, mantivemos em nosso quadro de prestadores de serviços 90 portadores de deficiência, por meio do Convênio com a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência – APPD.

Outro forte índice qualitativo das linhas de Microcrédito do Banpará é a bancarização dos clientes, principalmente em áreas de risco e vulnerabilidade social, mitigando índices de desigualdade social e a forma informal de trabalho, que hoje é um ponto forte na questão de bancarização da maior parte da população. Dessa forma, as pessoas que utilizam os serviços bancários vivem nos aspectos ligados a própria cidadania, absorvendo mais diretos, acesso a locais que antes achavam que não os pertenciam, tendo uma forte importância para a economia Paraense, os contemplando a uma série de novas oportunidades.

Relatório da Administração 2021**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****Agradecimentos**

As realizações alcançadas no ano de 2021 são fruto da dedicação e esforço dos nossos profissionais do Banpará e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará, agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Ruth Pimentel Mélo
Diretora-Presidente

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor Comercial e de Fomento

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor Administrativo

Bruno Bitar Morhy
Diretor de Tecnologia

Larissa Wanghon Monteiro Raiol
Chefe de Relações com Investidores

Notas Explicativas



2S2021

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de Banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2);

Resolução CMN nº 4.818/2020 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

Notas Explicativas

Resolução CMN nº 4.534/2016 – Intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN nº 4.818/2020 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.924/2021 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.818/2020 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 4.535/2016 – Imobilizado (CPC 27);
Resolução CMN nº 4.877/2020 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);
Resolução BCB nº 2/2020 – Resultado por ação (CPC 41); e
Resolução CMN nº 4.924/2021 – Mensuração do Valor do Justo (CPC 46).

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* - IFRS.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 17 de fevereiro de 2022.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e

Notas Explicativas

ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 9 – Determinação da vida útil econômica de alguns ativos;

Nota explicativa nº 12 (c) – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros;

Nota explicativa nº 16 – Cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais; e

Nota explicativa nº 19 (b) – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável.

a. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

b. Moeda funcional

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c. Reclassificação nas Demonstrações Contábeis

A tabela abaixo resume os ajustes e valores reclassificados nas Demonstrações Contábeis em 31.12.2021:

Notas Explicativas

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020 (Reclassificado)
Rendas de comissão de seguros e outros	13.313	-	5.719
Comissão e Seguros	-	5.719	-

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada pró-rata temporis, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e equivalente a caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na BCB nº 02 de 2020), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e

Notas Explicativas

desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para

Notas Explicativas

financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e

Notas Explicativas

a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Estes valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8c).

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo

Notas Explicativas

com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados a manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Notas Explicativas

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o

Notas Explicativas

montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis, são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidas contabilmente, apenas divulgadas em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 13.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	25%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são

Notas Explicativas

observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN Nº 4.842/2020 e CMN nº 4.192/2013, suportados por estudo de capacidade de realização.

Em virtude da publicação da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, que alterou a alíquota da CSLL, por se tratar de uma disposição transitória, cuja vigência da alíquota de 25% foi aplicada de julho a dezembro de 2021 e que todo o efeito fiscal se compensará dentro do mesmo exercício social, bem como, da diferença prevista de CSLL do período não se mostrar relevante do ponto de vista da materialidade, optamos por não ativar a respectiva diferença de crédito tributário

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

u. Resultado recorrente e não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de 2 (dois) anos que antecedem e que sucedem a data base.

v. Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem às demonstrações contábeis, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	196.602	199.597
Disponibilidades em moeda nacional	186.113	195.593
Disponibilidades em moeda estrangeira	10.489	4.004
Equivalente de Caixa	791.999	1.069.988
Aplicações interfinanceiras de liquidez	791.999	1.069.988
Total	988.601	1.269.585

O montante de R\$ 988.601 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.269.586 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. O aumento nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é reflexo do aumento de liquidez do Banpará.

Notas Explicativas

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações - Mercado Aberto	791.999	1.069.988
Posição bancada	791.999	1.069.988
Letras Financeiras do Tesouro	311.998	833.985
Letras do Tesouro Nacional	430.001	186.001
Notas do Tesouro Nacional	50.000	50.002
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	788.594	731.500
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	586.960	731.500
Não ligadas	201.634	-
Total	1.580.593	1.801.488

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Posição Bancada	64.923	93.646	25.352
Posição Financiada	-	-	4.564
Depósitos Interfinanceiros	14.230	19.942	13.211
Total	79.153	113.588	43.127

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a. Classificação por tipo de papel**

Títulos	31.12.2021	31.12.2020
Livres	990.230	865.390
Letras Financeiras do Tesouro	918.825	781.235
CVS	68.832	82.329
Cotas de fundos de investimento em participações (a)	2.573	1.826
Vinculados a operações compromissadas	102.489	167.112
Letras Financeiras do Tesouro	102.489	167.112
Vinculados ao Banco Central	31.325	-
Letras Financeiras do Tesouro	31.325	-
Vinculados à prestação de garantia	8.963	8.569
Letras Financeiras do Tesouro	8.963	8.569
Total	1.133.007	1.041.071
Circulante	1.061.602	956.916
Não Circulante	71.405	84.155

(a) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia

Notas Explicativas

(FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			31.12.2021	31.12.2020
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	135.855	-	303.557	367.819	254.371	1.061.602	956.916
Títulos públicos	135.855	-	303.557	367.819	254.371	1.061.602	956.916
Letras financeiras tesouro	135.855	-	303.557	367.819	254.371	1.061.602	956.916
Títulos Mantidos até o vencimento (a)	-	-	-	2.573	68.832	71.405	84.155
Títulos públicos	-	-	-	-	68.832	68.832	82.329
CVS	-	-	-	-	68.832	68.832	82.329
Títulos privados	-	-	-	2.573	-	2.573	1.826
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	2.573	-	2.573	1.826
TOTAL EM 31.12.2021	135.855	-	303.557	370.392	323.203	1.133.007	-
TOTAL EM 31.12.2020	484	184.942	173.921	408.483	273.241	-	1.041.071

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro 2020. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021	31.12.2020
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	1.064.260	1.061.602	961.788	956.916	(2.658)	(4.872)
Letras financeiras do tesouro	1.064.260	1.061.602	961.788	956.916	(2.658)	(4.872)
Mantidos até o vencimento (a)	71.405	71.405	84.155	84.155	-	-
CVS	68.832	68.832	82.329	82.329	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	2.573	2.573	1.826	1.826	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	31.12.2021	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	1.061.602	1.061.602	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	68.832	-	68.832
Cotas de fundos de invest. Em participações.	2.573	2.573	-
Total	1.133.007	1.064.175	68.832

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2020	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	956.916	956.916	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	82.329	-	82.329
Cotas de fundos de invest. Em participações	1.826	1.826	-
Total	1.041.071	958.742	82.329

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Resultado de títulos de renda fixa	34.423	48.223	28.470
Resultado de títulos de renda variável	716	759	553
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	5.677	2.658	(4.607)
Total	40.816	51.640	24.416

Notas Explicativas

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Contas	31.12.2021	31.12.2020
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	10.937	27.703
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	314.790	241.357
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	279.260	274.507
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	68.266	65.506
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	6.219	5.526
Total	679.472	614.599
Circulante	611.206	549.093
Não Circulante	68.266	65.506

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 68.266 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 65.506 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizado recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito****a. Por tipo de Operação**

	31.12.2021	31.12.2020
Operações de Crédito	8.284.175	6.269.511
Adiantamentos a Depositantes	84	1.014
Empréstimos	8.035.399	6.202.110
Outros Financiamentos	13.542	4.214
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.023	3.400
Financiamentos Imobiliários	229.127	58.773
Outras rubricas	139.837	57.837
Valores a receber relativos a transações de pagamento	78.087	48.300
Operações de Câmbio	61.750	9.537
Total da Carteira de Crédito	8.424.012	6.327.348
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(200.405)	(174.796)
Provisões constituídas	(196.476)	(172.410)
Outros Créditos (Nota 8)	(3.929)	(2.386)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	8.223.607	6.152.552
Circulante	2.297.718	1.841.364
Não Circulante	5.925.889	4.311.188

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.12.2021	31.12.2020
Pessoa Física	8.201.596	6.239.646
Consignados	6.386.572	4.748.857
Banparacard	1.336.122	1.249.288
Cheque especial	4.317	1.815
Cartão de crédito	103.594	12.930
Sazonais	1.150	1.143
Imobiliário	204.169	54.490
Outros	165.672	171.123
Pessoa Jurídica	222.416	87.702
Cheque empresarial	3.254	1.392
Capital de Giro	119.117	65.838
Imobiliário	24.954	4.282
Outros	75.091	16.190
Total	8.424.012	6.327.348

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2021	31.12.2020
Parcelas Vincendas	4.406.921	3.503.979	129.725	81.125	82.300	15.081	17.524	28.879	90.660	8.356.194	6.272.333
Até 30 dias	103.269	137.264	10.195	3.066	3.144	858	2.807	1.063	4.014	265.680	213.192
31 a 60 dias	100.484	129.458	8.495	1.962	2.596	820	1.422	1.013	3.743	249.993	204.399
61 a 90 dias	93.435	116.134	14.752	2.032	2.436	700	855	935	3.318	234.597	187.038
91 a 180 dias	205.140	244.894	15.609	18.537	6.391	1.606	1.738	2.103	7.560	503.578	409.469
181 a 360 dias	472.303	504.547	26.409	40.922	11.421	2.458	2.597	4.029	13.851	1.078.537	859.101
Acima de 360 dias	3.432.290	2.371.682	54.265	14.606	56.312	8.639	8.105	19.736	58.174	6.023.809	4.399.134
Parcelas Vencidas	-	5.448	1.811	3.609	3.941	3.971	3.867	6.938	38.233	67.818	55.015
Até 14 dias	-	5.446	485	621	572	458	378	881	2.638	11.479	12.458
15 a 30 dias	-	2	1.326	801	636	166	210	437	667	4.245	2.875
31 a 60 dias	-	-	-	2.187	748	725	607	970	2.817	8.054	6.845
61 a 90 dias	-	-	-	-	1.985	642	438	985	2.905	6.955	5.398
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	1.980	2.234	3.665	9.797	17.676	12.749
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	19.409	19.409	14.690
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL EM 31.12.2021	4.406.921	3.509.427	131.536	84.734	86.241	19.052	21.391	35.817	128.893	8.424.012	-
TOTAL EM 31.12.2020	1.098.833	4.888.118	45.425	43.502	71.454	21.590	14.066	54.298	90.062	-	6.327.348

d. Por Setores de Atividade

Setores	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Varejo Pessoas Físicas	8.194.316	97,27	6.236.350	98,56
Varejo Pessoas Jurídicas	210.127	2,49	83.392	1,32
Rural - Pessoa Física e Jurídica	6.022	0,07	3.400	0,05
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	13.547	0,17	4.206	0,06
Total	8.424.012	100,00	6.327.348	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	38.685	0,46	14.956	0,24
10 maiores devedores	84.824	1,01	36.511	0,58
20 maiores devedores	47.197	0,56	18.869	0,30
50 maiores devedores	53.628	0,64	37.492	0,59
100 maiores devedores	79.041	0,94	60.812	0,96
Demais devedores	8.120.637	96,40	6.158.708	97,33
Total	8.424.012	100,00	6.327.348	100,00

Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	31.12.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	(172.410)	(145.246)
Provisões constituídas	(464.832)	(593.731)
Reversões de provisões	394.922	468.933
Valores baixados ou compensados com créditos	45.844	97.634
Saldo final do período	(196.476)	(172.410)
Outros créditos - Saldo no início do período	(2.386)	(1.172)
Provisões constituídas	(23.184)	(9.987)
Reversões de provisões	21.641	8.773
Outros créditos - Saldo no final do período	(3.929)	(2.386)
Saldo final do período	(200.405)	(174.796)
Circulante	(102.485)	(86.851)
Não Circulante	(97.920)	(87.945)

7.3. Movimentação da Carteira de Renegociação

Contas	31.12.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	98.713	99.569
Renegociação	81.052	57.118
Recebimentos	(48.614)	(50.310)
Baixas	(8.969)	(7.664)
Saldo final do período	122.182	98.713
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	45.640	50.893
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	37,35%	51,56%

7.4. Rendas de Operações de Crédito

Contas	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamento a depositante	91	217	410
Empréstimo	846.803	1.602.386	1.431.541
Financiamento com interveniência	1.019	1.602	263
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	23.111	44.728	44.513
Financiamentos rurais	270	341	1.516
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	6.806	10.193	1.114
Total	878.100	1.659.467	1.479.357

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	31.12.2021	31.12.2020
Carteira de câmbio	63.668	9.290
Créditos a receber	690	2.745
Serviços prestados a receber	645	2.586
Serviços prestados em arranjo de pagamento	45	159
Créditos diversos	433.001	466.349
Adiantamento e antecipações salariais	5.138	4.568
Adiantamento para pagamento	142.346	213.948
Devedores por depósitos em garantia (a)	93.193	90.535
Imposto e contribuições a compensar	85.363	79.149
Pagamentos a ressarcir	1.532	1.733
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.526	4.285
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	78.087	48.300
Devedores diversos – País (c)	22.816	23.831
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(6.853)	(6.208)
Com característica de concessão de Crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(3.929)	(2.386)
Sem característica de concessão de Crédito (d)	(2.924)	(3.822)
Circulante	490.506	472.176

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 78.087 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 48.300 em 31 de dezembro de 2020) e estão assim distribuídos:

Contas	31.12.2021	31.12.2020
BANPARÁ Mastercard	76.748	43.253
Valores a Faturar	15.698	7.383
Faturados a Receber	18.301	11.587
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	42.749	24.283
Cartão BANPARÁ	1.339	5.047
Parcelado sem juros	1.339	5.047
Total	78.087	48.300

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 22.816 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 23.831 em 31 de dezembro de 2020), registrado principalmente pelos valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

Notas Explicativas

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 2.924 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.822 em 31 de dezembro de 2020).

Contas	31.12.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	(3.822)	(2.154)
Provisões constituídas	(5.032)	(7.009)
Reversões de provisões	5.930	5.341
Saldo final do período	(2.924)	(3.822)

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e Equip. de Uso	Sistema de comunicação	Sist. Proc. Dados e Equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	350	56.775	22.268	9.601	100.756	10.702	171	200.623
Depreciação Acumulada	-	(36.089)	(12.689)	(4.669)	(82.810)	(6.057)	(171)	(142.485)
Líquido 31.12.2020	350	20.686	9.579	4.932	17.946	4.645	-	58.138
Aquisições	1.164	494	1.689	1.184	7.148	3.077	-	14.756
Baixas Custo	-	-	(380)	(15)	(1.327)	(58)	-	(1.780)
Baixas Depreciação	-	-	359	12	1.321	36	-	1.728
Depreciação	-	(859)	(1.858)	(959)	(7.423)	(985)	-	(12.084)
Movimentação Líquida	1.164	(365)	(190)	222	(281)	2.070	-	2.620
Custo	1.514	57.269	23.577	10.770	106.577	13.721	171	213.599
Depreciação Acumulada	-	(36.948)	(14.188)	(5.616)	(88.912)	(7.006)	(171)	(152.841)
Líquido 31.12.2021	1.514	20.321	9.389	5.154	17.665	6.715	-	60.758

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros Ativos Intangíveis	Total
Custo	168.503	6.819	3.000	17.681	196.003
Amortização Acumulada	(54.508)	-	(250)	-	(54.758)
Líquido 31.12.2020	113.995	6.819	2.750	17.681	141.245
Aquisições	3.658	7.489	-	-	11.147
Baixas Custo	(13.478)	-	-	(308)	(13.786)
Baixas Amortização	13.478	-	-	-	13.478
Amortização	(29.187)	-	(1.500)	-	(30.687)
Transferências	7.112	(7.112)	-	-	-
Movimentação Líquida	(18.417)	377	(1.500)	(308)	(19.848)
Custo	165.795	7.196	3.000	17.373	193.364
Amortização Acumulada	(70.217)	-	(1.750)	-	(71.967)
Líquido 31.12.2021	95.578	7.196	1.250	17.373	121.397

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	7.743.607	6.368.968
Depósitos à vista	1.608.265	988.318
Depósitos do público	336.794	271.552
Depósitos de instituições financeiras	402	437
Depósitos vinculados	3.076	2.556
Depósitos de Governo	1.267.993	713.773
Depósitos a prazo	4.680.025	3.745.506
Depósitos de poupança	1.455.317	1.396.112
Depósitos interfinanceiros	-	239.032
Não Circulante	2.561.193	2.107.852
Depósitos a prazo	2.561.193	2.107.852
Total	10.304.800	8.476.820

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução

Notas Explicativas

CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Poupança	31.12.2021	31.12.2020
Sem vencimento	1.608.265	1.071	1.455.317	3.064.653	2.385.576
Até 30 dias	-	150.404	-	150.404	62.485
De 31 a 60 dias	-	156.830	-	156.830	78.134
De 61 a 90 dias	-	78.300	-	78.300	128.397
De 91 a 180 dias	-	622.474	-	622.474	432.911
De 181 a 360 dias	-	3.670.946	-	3.670.946	3.281.465
Acima de 360 dias	-	2.561.193	-	2.561.193	2.107.852
Total	1.608.265	7.241.218	1.455.317	10.304.800	8.476.820

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Poupança	31.12.2021	31.12.2020
Sociedades ligadas	1.185.369	3.686.653	-	4.872.022	3.906.360
Pessoas físicas	215.099	1.197.038	1.416.264	2.828.401	2.643.817
Invest. Institucionais	-	2.226	-	2.226	2.002
Instituição Financeira	402	-	-	402	239.468
Pessoas jurídicas	122.276	1.622.582	39.053	1.783.911	1.407.565
Governo municipal	82.963	732.719	-	815.682	276.100
Outros	2.156	-	-	2.156	1.508
Total	1.608.265	7.241.218	1.455.317	10.304.800	8.476.820

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	31.12.2021	31.12.2020
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	102.312	167.037
Total	102.312	167.037

Devido à alta liquidez apresentada pelo Banpará, as operações compromissadas sofreram redução, ou seja, não houve a necessidade de captação de letras financeiras do tesouro junto ao mercado.

Notas Explicativas**e. Despesas de captação**

	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos de poupança	(27.611)	(40.579)	(26.854)
Depósitos interfinanceiros	(215)	(3.052)	(5.965)
Depósitos a prazo	(221.153)	(302.561)	(120.303)
Depósitos judiciais	(31)	(60)	(56)
Operações compromissadas—Carteira própria e Terceiros	(2.935)	(4.192)	(8.832)
Letras financeiras	(444)	(1.882)	(7.037)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(6.454)	(12.275)	(9.227)
Total	(258.843)	(364.601)	(178.274)

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31.12.2021	31.12.2020
Mastercard Nacional	72.133	44.700
Mastercard Internacional	21	27
Total	72.154	44.727

O montante de R\$ 72.154 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 44.727 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais, apresentando crescimento em virtude da expansão desse produto junto aos clientes do Banco.

12. EMISSÃO DE TÍTULOS

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	8.170	138.363
Recursos de Letras Financeiras	8.170	138.363
Não Circulante	3.753	11.382
Recursos de Letras Financeiras	3.753	11.382
Total	11.923	149.745

O montante de R\$ 11.923 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 149.745 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco.

Em decorrência da estratégia de negócios e as altas taxas demandadas pelo mercado, as operações vencidas em 2021 não foram renovadas. Todavia, a área de varejo e interbancária monitoram constantemente a necessidade de novas captações, bem como, a redução das taxas praticadas no mercado.

Notas Explicativas

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos no exterior	63.230	9.193
Empréstimos e repasses no país	38.140	4.130
Total	101.370	13.323

O montante de R\$ 101.370 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.323 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No exterior são operações, principalmente, de Captação (Funding) em bancos de outros países. A expansão é reflexo do aumento volume de operações no que se refere à cambio futuro e captações externas.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES. O crescimento desse montante deu-se, principalmente em decorrência da internalização de recursos oriundos do Fundo Geral do Turismo, conforme contrato firmado entre o Ministério do Turismo e o Banco, objetivando o fomento no setor turístico.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Contas	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.897	106
Sociais e estatutárias	257	11.710
Fiscais e previdenciárias	30.039	33.490
Obrigações por convênios	10.120	9.485
Obrigações por prestação de serviços	57.691	37.259
Credores por Recursos a Liberar	20.485	6.717
Credores diversos – País (a)	9.725	3.371
Obrigações por Transações de Pagamento	1.652	6.846
Obrigações por Serviços de Instituidores de Arranjo	676	979
Outras Obrigações	457	1.620
Total	137.999	111.583

(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 9.725 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.371 em 31 de dezembro de 2020), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

Notas Explicativas

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	115.602	85.950
Provisão com Pessoal	21.334	23.229
Provisão com PLR	19.325	16.762
Provisão para outras despesas administrativas	43.164	34.142
Passivo para risco – Trabalhista	23.192	8.923
Passivo para risco – Cível	1.328	1.058
Passivo para risco – Tributária	5.016	-
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	104	101
Outros	2.139	1.735
Não Circulante	30.600	50.485
Passivo para risco – Trabalhista	10.788	28.840
Passivo para risco – Cível	17.167	14.282
Passivo para risco - Tributário	2.645	7.363
Total	146.202	136.435

15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 33.980 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 37.763 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 5.901 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.485 em 31 de dezembro de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável, são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 18.495 (R\$ 15.340 em 31 de dezembro de 2020).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 71.679 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 57.104 em 31 de dezembro de 2020) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 7.661 (R\$ 7.363 em 31 de dezembro de 2020).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 20.219 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 19.403 em 31 de dezembro de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Notas Explicativas**Movimentação das provisões para passivos contingentes**

	31.12.2021			31.12.2020		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Período	37.763	15.340	7.363	36.759	14.536	7.182
Atualização monetária	5.126	3.786	298	7.285	2.294	182
Constituições	4.491	1.518	-	9.046	1.234	-
Reversões	(2.772)	(1.560)	-	(8.587)	(2.164)	(1)
Pagamentos	(10.628)	(589)	-	(6.740)	(560)	-
No final do Período	33.980	18.495	7.661	37.763	15.340	7.363
Dep. Judiciais	19.736	16.288	57.001	18.819	16.185	55.372

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	23.192	1.328	5.016	29.536
De 1 a 5 anos	10.788	4.430	2.645	17.863
Acima de 5 anos	-	12.737	-	12.737
Total	33.980	18.495	7.661	60.136

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**16.1. Capital Social**

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,976727	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,007929	755	0,008
Administradores	193	0,002027	9	0,000
Demais Acionistas	1.268	0,013317	1.452	0,015
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Notas Explicativas

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.626	2.023	9.521.649	0,021

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 31 de dezembro de 2021 as ações em circulação totalizavam 2.023.

16.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

17. GESTÃO DE RISCO

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico.

No fechamento de 31 de dezembro de 2021 o Banco manteve-se o contínuo monitoramentos dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos Planos de Contingências.

Notas Explicativas

Risco de Crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o perfil de risco e negócio da Instituição para cada segmento que operamos. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito. O Banpará acompanha os créditos propostos desde a concessão até a liquidação, observando as regras de cobrança e recuperação.

Para a efetividade do gerenciamento do risco de crédito referente aos procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito o Banpará:

- Utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias;
- Na constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para cada operação é considerada a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos;
- Elaboração de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, regiões, produtos, setores de atividade e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, qualidade da carteira por tipo de rating, entre outros);

Notas Explicativas

- Realiza reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas;
- Banpará estabelece cenários de estresses para avaliação da resiliência do Banpará a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em portfolio específico.

O saldo total de crédito no mês setembro de atingiu R\$ 8.424.012. O crescimento apresentado em 31 de dezembro de 2021 foi superior ao apresentado em 31 de dezembro de 2020 é justificado, principalmente pelo crescimento das carteiras consignado, câmbio e imobiliário.

O Banco, por nível de risco, concentra 95,54% nos contratos de níveis de risco AA – C:

NÍVEL DE RISCO	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	4.406.921	52,31	1.098.833	17,37
A	3.509.427	41,66	4.888.118	77,25
B	131.536	1,56	45.425	0,72
C	84.734	1,01	43.502	0,69
D	86.241	1,02	71.454	1,13
E - H	205.153	2,44	180.016	2,84

Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Para identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (Value at Risk) paramétrico, por tipo de

Notas Explicativas

carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	31.12.2021	31.12.2020
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	782.003	1.024.995
USD	5.970	3.500
Euro	4.190	444
Cupom IPCA (Fip Amazônica)*	-	844
Número Índice IPCA (Fip Amazônica)*	-	3.443
Ações (Fip Amazônica)*	-	618
Total	792.163	1.033.845

* Conforme Resolução BCB nº 111/2021, a partir do 3T2021 o Fip Amazônia passou a ser classificado na carteira bancária.

Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário 1 - os choques para a taxa de juros prefixada foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 1 du e 252 du da curva de expectativa do mercado em 31/12/2021. Para o USD foi considerado um choque negativo de cerca de 12% na cotação de 31/12/2021 (R\$ 5,58). Para o EUR foi considerado um choque negativo de cerca de 14% na cotação de 31/12/2021 (R\$ 6,32). Os choques aplicados às moedas estrangeiras levaram em consideração a média das variações ocorridas nos últimos cinco anos, para um cenário hipotético de queda no valor das moedas;
- Cenário 2 - considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 25%, ou seja, aumento para taxa pré 252 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras;
- Cenário 3 – considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 50%, ou seja, aumento para taxa pré 252 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Fatores de Risco			Total da Perda	
	Taxa de Juros	Moedas USD	Moedas EURO		
	2021	2021	2021	2021	%PR
Cen 1	(74)	(707)	(577)	(1.358)	-0,09%
Cen 2	(92)	(878)	(723)	(1.693)	-0,11%
Cen 3	(111)	(1.060)	(869)	(2.040)	-0,13%
				PR: 1.517.301	

*Os cenários de choques foram ajustados para o 31.12.2021 com a inclusão do Euro, desta forma não foi possível realizar comparações.

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio (spot).

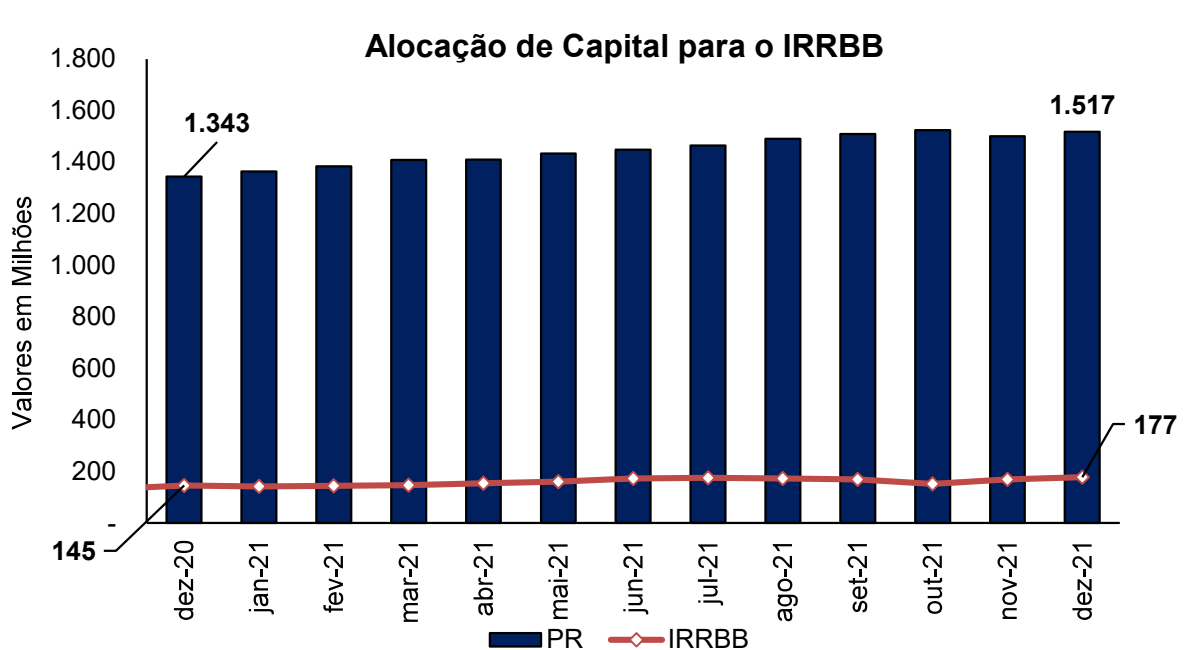
Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (Interest Rate Risk of Banking Book), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Dessa forma, considerando a metodologia de alocação de capital adotada pelo Banpará para o IRRBB, nota-se um aumento de 22% entre dez/20 e dez/21 e para o PR o aumento no período foi de 12%.

Notas Explicativas



Risco de Liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a otimização dos recursos disponíveis. A Instituição elabora cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, capazes de mensurar eventuais impactos no estoque adequado de ativos líquidos.

Cabe ressaltar que, diante dos efeitos gerados pela pandemia do Covid-19, algumas premissas foram readequadas com o objetivo de demonstrar a resiliência e a capacidade da Instituição em absorver níveis de perdas em todos os cenários simulados, identificando os potenciais passivos capazes de causar exposições contingentes e inesperadas.

Ademais, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação das projeções de entradas e saídas, considerando a expectativa de rolagem de cada operação.

Notas Explicativas

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos Órgãos de Governança via relatórios mensais e tempestivos, com intuito de identificar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto Planejamento Estratégico quanto as condições de mercado.

Ao final de 31 de dezembro de 2021, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos, tanto em cenário de normalidade ou de estresse financeiro.

Gerenciamento de Capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo de capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como:

- Monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA;
- Os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital;
- O acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco;
- A realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) para avaliação de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio;
- A elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos; e
- Os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, realizados mensalmente ou tempestivamente.

Notas Explicativas

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos - Nuple, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- Plano de Contingência de Capital;
- Declaração de Apetite por Riscos – RAS;
- Programa de Teste de Estresse;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Análise de Resultado de Capital no Exercício

Quando comparado a 31 de dezembro de 2020, observa-se uma redução no índice de Basileia de -11,68%, ocasionada pelo crescimento de 27,92% na exposição dos ativos ponderados pelo risco – RWA em proporção maior que o crescimento de 12,95% no Patrimônio de Referência - PR. Destaca-se que o crescimento da parcela do RWA é ocasionado principalmente pelo aumento em 29,79% na parcela do RWACPAD, devido ao incremento no volume das operações de crédito (financiamento imobiliário e operações de varejo e não varejo). Já o crescimento do PR é devido apuração de lucro para o período.

Notas Explicativas

ÍNDICE DE BASILEIA	31.12.2021	31.12.2020
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	1.517.301	1.343.334
Nível I	1.517.301	1.343.334
Capital Principal	1.517.301	1.343.334
Capital Social	1.473.122	1.300.664
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucro	165.576	183.914
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras*	-	-
Sobras de Lucro	-	-
Ajustes Prudenciais*	121.397	141.244
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA*	8.224.517	6.429.429
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	7.466.395	5.752.829
Exposição ao Risco de Crédito - RWAMPAD	29.715	15.164
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RWAJUR1	1.726	1.327
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moeda Estrangeira - RWAJUR3	-	1.750
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	27.989	10.850
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RWAACS	-	1.237
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	728.407	661.436
IRRBB	177.460	145.358
Valor de Margem Sobre PR	517.389	603.253
ÍNDICE DE BASILEIA BANPARÁ - IB	18,45%	20,89%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras e Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

** Os componentes RWA_{JUR2}, RWA_{JUR4} e RWA_{COM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

*** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

18. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

18.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

Notas Explicativas

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, apresentando as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS	PREVRENDA
Modalidade (consoante à Resolução CNPC nº 41/2021)	Contribuição Definida - CD
Situação	Ativo/Em funcionamento
Patrocinadoras	Banco do Estado do Pará S/A- BANPARÁ
Tipo de Patrocínio	Lei complementar 108 e 109/01
Quantidade de Grupo de Custeio	01

Adicionalmente, o **Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA** assegura os seguintes benefícios, segundo os dispositivos regulamentares vigentes:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

As informações referentes as estatísticas do grupo de assistidos são atualizadas semestralmente, segue abaixo as informações atualizadas:

	31.12.2021	31.12.2020
Participantes ativos		
Quantidade	1.309	1.283
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	9.657	8.525
Participantes assistidos		
Quantidade	86	91
Idade média (anos)	72	72
Benefício médio (R\$)	1.743	1.661
Pensionistas		
Quantidade	47	42
Idade média (anos)	55	57
Benefício médio	2.091	1.092

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 R1 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

Notas Explicativas

A base cadastral posicionada em 30 de novembro de 2021 observou o layout estabelecido, bem como foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo considerada adequadas para fins de Avaliação Atuarial.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que destas é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

As principais premissas atuarias na data do balanço (médias anuais):

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	31.12.2021	31.12.2020
Posição dos Dados	dez-21	nov-20
Elegibilidade	Primeira Idade	Primeira Idade
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição Familiar		
Ativos	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)
Aposentados	Cadastro Individual	Cadastro Individual
Crescimento Real de Salários	2,24%	2,24%
Taxa de Rotatividade	MERCER PREV-RENDIA (Taxa média de 2,74% a.a.)	N/A
Taxa Real Anual de Juros	5,24%	4,30%
Taxa de Inflação Projetada*	4,96%	2,34%
Taxa Anual de Juros	10,46%	6,74%
Expectativa de Retorno dos Ativos financeiros	10,46%	6,74%
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA	RP 2000 M&F Geracional AA
Índice de Atualização	INPC	INPC
<i>*Representa a inflação projetada para 2021 conforme informado pela Patrocinadora</i>		
Principais Premissas Atuarias		
Crescimento Real de Salários	2,24%	
Taxa Real Anual de Juros	5,24%	
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA	

Notas Explicativas

18.2. Reconhecimento do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme demonstrado a seguir:

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que, destas, é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA é deficitário e não possui Fundo Previdencial de Revisão de Plano, possuindo, no entanto, um Fundo Previdencial classificado como Outros Definidos em Nota Técnica, que tem finalidade de abater contribuições deste.

Conclui-se que não existem benefícios econômicos que possam ser reconhecidos. Adicionalmente, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA não registra valores em Exigível Contingencial, referente a demandas judiciais de participantes contra o ICATU-FMP, não existindo, portanto, risco legal a ser contabilizado referente ao seu patrocínio.

Outrossim, não foram registradas provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito dos investimentos no período analisado, não havendo risco de crédito referente à contabilização dos ativos financeiros do Plano.

Desta forma, houve variação positiva de aproximadamente de 25,11% no Ativo Justo do Plano. Adicionalmente, também se registra variação positiva de 3,37% no Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados em 31 de dezembro de 2020, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela revisão da Taxa Real de Juros, consoante às determinações da CPC 33 (R1), que reduziu em 0,94 p.p., corroborado pelo aumento da folha salarial e do número de participantes ativos.

Notas Explicativas

A) - Conciliação dos Ativos do Plano		
	31.12.2021	31.12.2020
Valor do Ativo Justo no início do período	2.149.678	1.800.297
Receita de Juros dos Ativos	255.476	121.340
Contribuições do Patrocinador	263.051	-
Contribuições do Empregado	-	-
Benefícios Pagos	-	-
Efeitos da mudança da taxa de câmbio	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)	-	-
Ganhos/(Perdas) sobre o Ativo Justo	21.281	228.041
Valor do Ativo Justo no final do período	2.689.486	2.149.678
B) - Conciliação do Valor Presente da Obrigação de Benefício Definido		
	31.12.2021	31.12.2020
Valor da Obrigação Atuarial no início do período	(658.036)	(684.123)
Custo de Juros Líquido	(81.599)	(46.110)
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-
Custo do Serviço Passado	-	-
Benefícios Pagos	-	-
Contribuições Patrocinador	-	-
Contribuições Assistidos	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)	-	-
Ganhos/(Perdas) sobre a Obrigação Atuarial	59.444	72.197
- Ganhos/(Perdas) decorrentes da Experiência	(3.352)	72.197
- Ganhos/(Perdas) decorrentes de mudança biométricas	-	-
- Ganhos/(Perdas) decorrentes de mudança financeira	62.796	-
Valor da Obrigação Atuarial no final do período	(680.191)	(658.036)

Com efeito, o Plano auferiu nível de solvência econômica e atuarial no montante de R\$ 2.009, equivalente a 295,40% do Valor da Obrigação Atuarial do Plano.

Assim sendo, não há, portanto, passivo a ser reconhecido ou aportes adicionais a serem vertidos, à luz da CPC 33 (R1), para o 31 de dezembro de 2021.

18.3. Plano de saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

Notas Explicativas

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com esta Instituição Financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Estado do Pará	4.872.022	3.906.360
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	1.185.369	659.086
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	3.686.653	3.247.274

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Remuneração	1.343	2.512	2.292
Diretoria	878	1.711	1.684
Conselho de Administração	465	801	608
Participação nos Lucros e resultados	146	294	270
Administradores	146	294	270

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 31 de dezembro de 2021 o Banco possui o valor de R\$ 5.750 (R\$ 4.713 em 31 de dezembro de 2020) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação Acionária:

Em 31 de dezembro de 2021, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 193 ações.

Notas Explicativas

20. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura é de R\$ 251.588 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 254.325 em 31 de dezembro de 2020.

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO**Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social**

DESCRIÇÃO	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	323.357	401.053	355.449	444.054
Juros s/ Capital Próprio e Participações	75.709	75.709	45.824	45.824
Base de Cálculo	399.066	476.762	401.273	489.878
Adições (Exclusões)	(40.378)	(118.367)	7.715	(81.160)
Base de Cálculo	358.688	358.395	408.988	408.718
Alíquota Normal (15% e 20%)	53.803	79.731	61.348	77.598
Adicional do Imposto de Renda (10%)	35.845	-	40.875	-
IR e CSLL Devidos	89.648	79.731	102.223	77.598
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(2.152)	-	(2.454)	-
Incentivos Fiscais	(2.152)	-	(1.450)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(727)	-	(592)	-
IR e CSLL a Pagar	84.617	79.731	97.727	77.598

Conforme IN nº 1.700/2017 a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é de 20%. Em julho de 2021, através da Lei nº 14.183/2021, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, foi majorada, passando de 20% para 25% durante o período de julho a dezembro de 2021.

a. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 158.937, relativo às diferenças temporárias de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito,

Notas Explicativas

Provisão para Outros Créditos e Provisões Judiciais Trabalhistas, ativadas em 2011 a 2021 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL até 2021.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Créditos Tributários	31.12.2020	31.12.2021		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	85.723	43.278	(40.733)	88.268
Diferença Temporária - CSLL	68.633	38.282	(36.246)	70.669
Total	154.356	81.560	(76.979)	158.937

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 158.937 (R\$ 154.356 em 31 de dezembro de 2020) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisão para Outros Créditos e Contingências Judiciais, de acordo com estudo técnico do Crédito Tributário de 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

Créditos Tributários	31.12.2020	31.12.2021		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	116.789	54.170	(47.320)	123.639
Diferença Temporária - Trabalhista	16.994	4.791	(6.493)	15.292
Diferença Temporária - Prov. Outros Créditos	13.896	4.990	(15.755)	3.131
Diferença Temporária - Prov. Licença Prêmio	6.677	3.013	(2.333)	7.357
Diferença Temporária - Prov. Cíveis	-	9.139	(817)	8.322
Diferença Temporária - Marcação a Mercado	-	5.457	(4.261)	1.196
Total	154.356	81.560	(76.979)	158.937

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisão para Outros Créditos e Contingências Judiciais:

Projeção de realização	2022	2023	2024	2025	2026	2026 a 2030	Total
Crédito Tributário de I.R	7.789	9.159	8.444	9.024	9.209	44.673	88.298
Crédito Tributário de C. Social	6.232	7.327	6.755	7.219	7.368	35.738	70.639
Total dos créditos	14.021	16.486	15.199	16.243	16.577	80.411	158.937
Taxa média de captação a.a. (%)	26,24	39,57	52,56	64,95	78,09	125,86	
Valor presente do crédito tributário	11.107	11.812	9.963	9.847	9.308	35.606	87.643

b. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R\$ 4.257 (R\$ 11.229 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2020	31.12.2021				
	Saldo	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo Fiscal Diferido
Provisão para Ações Cíveis	15.340	(2.149)	5.304	(18.495)	-	-
Provisão para Riscos Fiscais	7.363	-	298	-	7.661	3.447
Provisão para Outros Valores e Bens	1.800	-	-	-	1.800	810
Total das Adições Temporárias	24.503	(2.149)	5.602	(18.495)	9.461	4.257

Notas Explicativas

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**22.1. Outras receitas/despesas operacionais**

Outras receitas operacionais	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Recuperação de encargos e despesas	480	824	763
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	2.896	5.930	5.362
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	8.032	13.922	8.666
Reversão de provisões passivas	10.718	15.550	18.053
Atualização de valores ativos	2.415	6.299	3
Atualização de depósitos judiciais	2.642	4.365	3.405
Variação cambial e diferença de taxas	1.270	7.200	679
Outros	727	1.145	1.745
Total	29.180	55.235	38.676

Outras despesas operacionais	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Serviços associados a transações de pagamento	(1.414)	(2.756)	(2.510)
Desc. Concedidos em renegociações	(624)	(886)	(244)
Variação cambial e diferença de taxas	(1.488)	(4.110)	(2.133)
Estorno de rendas	(211)	(1.427)	(790)
Provisões passivas	(7.399)	(15.220)	(20.035)
Provisão de outros créditos em liquidação	(2.536)	(5.032)	(7.009)
Ações cíveis	(1.637)	(2.177)	(943)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	(335)	(74)
Outros	(486)	(821)	(1.287)
Total	(15.795)	(32.764)	(35.025)

22.2. Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Insubsistências passivas	3.027	7.374	5.495
Superveniências ativas	4.619	6.283	4.045
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	125	180	121
Outras Receitas	299	527	361
Insubsistências ativas	(2.747)	(9.091)	(2.849)
Superveniências passivas	(684)	(5.011)	(8.829)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(1.716)	(4.611)	(4.287)
Outras Despesas	(230)	(249)	(2.081)
Total	2.693	(4.598)	(8.024)

Notas Explicativas

22.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de Prestação de Serviços	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Rendas por serviços de pagamento	3.692	6.889	6.634
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	1.555	3.373	6.710
Rendas de cobrança	372	687	714
Rendas de pacotes de serviços - PF	38.394	75.142	68.715
Rendas de serviços diferenciados - PF	632	1.103	667
Rendas de serviços especiais - PF	830	1.673	1.067
Rendas de convênios	1.615	3.026	3.106
Rendas de comissão de seguros e outros	7.440	13.313	-
Rendas de outros serviços	1.445	1.889	1.407
Total	55.975	107.095	89.020

22.4. Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2ºSem2021	31.12.2021	31.12.2020
Fornecimento de 2ª via de cartão	141	271	342
Saque de conta depósito a vista e poupança	2.079	3.980	3.956
Transferência por meio de DOC/TED	2.363	4.636	2.835
Concessão de adiantamento e depositante	228	362	223
Anuidade cartão de crédito	3.786	6.621	5.019
Pacote de serviço	4.904	9.231	7.854
Fornecimento de folha de cheque	111	234	262
Operações de crédito	182	337	175
Manutenção de conta ativa	386	749	777
Convênios	4.669	8.202	13.197
Comissão e Seguros	-	-	5.719
Outras Rendas	583	1.170	3.865
Total	19.432	35.793	44.224

22.5. Despesa de pessoal

Despesas de Pessoal	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Honorários	(1.459)	(2.712)	(2.438)
Encargos Sociais	(57.033)	(109.412)	(93.555)
Benefícios	(44.189)	(80.390)	(74.095)
Proventos	(169.109)	(308.096)	(267.590)
Remuneração de Estagiários	(1.193)	(2.202)	(1.905)
Treinamento	(1.022)	(1.848)	(1.493)
Total	(274.005)	(504.660)	(441.076)

Notas Explicativas

22.6. Outras despesas administrativas

Outras Despesas Administrativas	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Água e Energia	(7.682)	(13.646)	(11.885)
Aluguéis	(15.548)	(31.589)	(22.255)
Comunicações	(17.639)	(39.378)	(33.621)
Contribuições Filantrópicas	(340)	(581)	(460)
Manutenção e Conservação de Bens	(12.297)	(23.990)	(19.874)
Material	(2.685)	(4.660)	(2.545)
Processamento de Dados	(66.527)	(121.306)	(84.910)
Promoções e Relações Públicas	(9.665)	(12.944)	(9.538)
Propaganda e Publicidade	(5.571)	(16.466)	(7.453)
Publicação	(631)	(703)	(1.804)
Seguro	(307)	(613)	(715)
Serviços do Sistema Financeiro	(21.057)	(40.270)	(42.183)
Serviços de Terceiros	(5.210)	(14.150)	(12.625)
Serviços de Vigilância	(29.536)	(58.524)	(52.897)
Serviços Técnicos Especializados	(2.329)	(3.946)	(3.925)
Transportes	(16.044)	(30.270)	(31.510)
Viagens	(171)	(255)	(148)
Multas Aplicadas	(43)	(47)	-
Outras Despesas Administrativas	(3.286)	(6.794)	(6.445)
Amortização	(15.014)	(30.687)	(23.920)
Depreciação	(5.975)	(12.085)	(12.979)
Total	(237.557)	(462.904)	(381.692)

22.7. Despesas tributárias

Despesas Tributárias	2º Sem 2021	31.12.2021	31.12.2020
Outras Despesas Tributárias	(355)	(1.504)	(1.377)
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(3.777)	(7.149)	(6.659)
Contribuição ao COFINS	(32.429)	(64.010)	(59.474)
Contribuição ao PIS/PASEP	(5.270)	(10.402)	(9.665)
Total	(41.831)	(83.065)	(77.175)

23. Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado de 2,51% e o IPCA de 6,90% acumulado ao ano. Seguem abaixo os efeitos esperados:

Notas Explicativas

Operação - CDI	Base 31.12.2021	Cenário Provável (4,42%)	Cenário Possível - Estresse 25% (5,53%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (6,63%)
Títulos e Valores mobiliários	1.133.007	(50.079)	(62.655)	(75.118)
Operação - IPCA	Base 31.12.2021	Cenário Provável (10,06%)	Cenário Possível - Estresse 25% (12,58%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (15,09%)
Provisão para Contingências	60.240	(6.060)	(7.578)	(9.090)

Para Provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 59.862 e o resultado do banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário Atual	Saldo	Ativo Problemático	Provisão sobre Ativo Problemático
AA	4.406.920	-	-
A	3.509.426	-	-
B	131.535	-	-
C	84.734	-	-
D	86.242	-	-
E	19.051	7.886	(2.366)
F	21.393	6.677	(3.339)
G	35.819	28.457	(19.920)
H	128.892	94.099	(94.099)
Total	8.424.012	137.119	(119.724)

Aumento 150% Ativo Problemático	205.680
--	----------------

Cenário Estresse	Ativo Problemático	Provisão sobre Ativo Problemático	Complemento De Provisão
E	11.830	(3.549)	(1.183)
F	10.016	(5.008)	(1.669)
G	42.685	(29.880)	(9.960)
H	141.149	(141.148)	(47.050)
Total Ativo Problemático	205.680	(179.585)	(59.862)

Notas Explicativas

24. Resultados Não Recorrente

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Segue os principais eventos não recorrentes que impactaram o lucro líquido referente a 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	31.12.2021	30.12.2020
Lucro Líquido Recorrente	241.285	236.461
Eventos Não Recorrente	-	4.738
Abono Único - Convenção Coletiva (a)	-	4.738
Lucro Líquido Contábil	241.285	241.199

(a) Refere-se ao pagamento, em parcela única, realizado em setembro de 2020, do abono salarial aprovado em convenção coletiva.

25. Eventos Subsequentes

Não houve evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506 Ed. Evolution - Bairro Umarizal66055-200 - Belém/PA - BrasilCaixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil Telefone +55 (91) 3321-0150kpmg.com.brRelatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis Aos Administradores, ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco do Estado do Pará S.A. Belém - PA Opinião Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 2.1h e 7.2, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cujo valor total apresentado nas demonstrações contábeis é de R\$ 200.405 mil, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias, e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto Nós avaliamos o desenho e implementação efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 2.1h e 7.2, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro

de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Belém, 17 de fevereiro de 2022 KPMG Auditores Independentes CRC PA-000742/F Anderson Luiz de Menezes Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

1. APRESENTAÇÃO Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará é um órgão estatutário e foi instalado pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2018, empossado em 26 de abril de 2018, conforme ata disponível no website do Banpará. O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia, regido pela Lei nº 13.303/16, Código Brasileiro de Governança Corporativa, Estatuto Social do Banpará e seu Regimento Interno.

2. COMPETÊNCIA O Comitê tem a competência de avaliar a efetividade dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos Controles Internos, Compliance e da Gestão de Riscos, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banpará, além de regulamentos e códigos internos, bem como avaliar o cumprimento, pela administração da Instituição, das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Auditoria Interna e recomendar à Diretoria do Banco, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. Compete também ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações contábeis da Instituição.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS Ao longo do ano de 2021, o Comitê reuniu-se 18 (dezoito) vezes, em sessões ordinárias até o dia 14 de dezembro de 2021, contemplando 43 (quarenta e três) pautas e 06 (seis) ocasiões em sessões extraordinárias, com 06 (seis) pautas, totalizando 24 (vinte e quatro) reuniões entre ordinárias e extraordinárias, e 49 (quarenta e nove) pautas, conforme tabela abaixo:

Reuniões	Quantidade Nº de Pautas	Ordinárias	18
43 Extraordinárias	06	06 Totais	24
			49

Nas reuniões participaram: Diretoria de Controle, Risco e RI, Núcleo de Controle Interno e Compliance, Comitê de Riscos Estatutário, Conselho Fiscal, Ouvidoria, Comitê de Remuneração dos Administradores, Comitê Gestor do Plano Prev. Renda, Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, Superintendência de Gestão de Risco Operacional, Superintendência de Gestão de Risco Financeiro, KPMG Auditores Independentes, Auditoria Interna, Diretoria de Tecnologia, Superintendência de Governança em TI, Gerência de Proteção de Dados (LGPD), o Núcleo de Relações com Investidores e Governança Corporativa, e a Superintendência de Contabilidade, Orçamento e Controladoria. Principais temas desenvolvidos em ordem crescente:

1. TI2. LGPD;
3. PLD;
4. Ouvidoria;
5. Matriz de Riscos Corporativo;
6. Controles Internos e Compliance;
7. KPMG;
8. Demonstrações Contábeis;
9. Atividades Internas do Comitê;
10. Auditoria Interna;

Dentre as áreas que interagiram com o Comitê de Auditoria, vale destacar algumas áreas/atividades:

3.1 Auditoria Interna: O Comitê apreciou o Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN2020, bem como acompanhou o status do PAINT 2021. O Comitê também acompanhou o status dos planos de ação e discutiu a abordagem dos trabalhos da Auditoria Interna de avaliação e assessoria e realizou a revisão do Manual e das Normas e Procedimentos de Auditoria Interna, além de apreciar os relatórios individuais dos principais trabalhos.

3.2 Controle Interno e Compliance: O Comitê analisou as ações que estão sendo realizadas em atendimento aos ofícios do BACEN, bem como recomendou a inclusão do Comitê nos treinamentos de Compliance do Banco. Além de indicar a elaboração de uma política que contemple o processo de implementação dos planos de ação em atraso.

3.3 Tecnologia da Informação (TI): Foi apresentado pela Diretoria de TI o plano de reestruturação da área, bem como a priorização das atividades a serem realizadas e o status dos planos de ação em andamento, oriundo das demandas de outras áreas do Banco. O Comitê estipulou que acontecerão reuniões periódicas com o objetivo de acompanhar a evolução das atividades da área de TI, assim como, o cumprimento da implantação dos planos de ação, demandados por outras áreas do Banpará. Além disso solicitou para a área de TI, um relatório gerencial trimestral para o acompanhamento contínuo de atividades.

3.4 Gerenciamento de Riscos Financeiros: O Comitê analisou os relatórios de risco de mercado, liquidez e gestão de capital, principalmente para acompanhar o efeito no Banpará em virtude da Pandemia do Corona vírus, bem como a alteração da matriz de riscos do Banco, em virtude do novo cenário.

3.5 Contabilidade, Orçamento e Controladoria: Os membros do Comitê receberam previamente as informações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A referentes ao 1º e 2º semestre, bem como o resultado anual, findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo as notas explicativas.

3.6 Auditoria Independente: O Comitê se reuniu com a Auditoria Independente, KPMG, onde apreciou e discutiu as demonstrações contábeis, findadas em 31 de dezembro de 2021, que segundo a KPMG foram mantidos os critérios de apuração de materialidade. Os procedimentos de auditoria foram efetuados de acordo com o planejado, com acesso a todas as pessoas e informações necessárias para a realização dos trabalhos de auditoria e até dezembro de 2021 não foram identificadas variações significativas que pudessem comprometer a qualidade das Demonstrações Contábeis. A auditoria anual foi realizada de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis as instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil e não houve necessidade de alteração relevante no escopo do trabalho de auditoria em comparação com o ano de 2020.

3.7 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Foi apresentado pela Gerência de Proteção de Dados, a situação do processo de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD dentro do Banco, bem como a promoção e aculturação da LGPD e a disseminação das boas práticas de privacidade de dados pessoais a todos os funcionários. Os membros do Comitê solicitaram um relatório trimestral da área com o objetivo de acompanhar as atividades realizadas e o processo de implantação da LGPD no Banpará.

3.8 Recomendações: No ano de 2021 o Coaud realizou 27 (vinte e sete) recomendações relacionadas a: Auditoria das Demonstrações Contábeis, Ouvidoria, Relatório da Administração, Relatório anual da Auditoria Interna, Acompanhamento dos reportes dos Relatórios de Acompanhamento do PAINT e Follow-Up, Relatório de Avaliação de Efetividade da Política, dos Procedimentos e dos Controles Internos de PLD-FT (Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo), Planos de Ação de PLD-FT e Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação de PLD-FT, Relatório de Auditoria Operacional, Matriz de Riscos Corporativos, programa de Compliance, Comitê de Riscos Estatutário, Comitê de Controles Internos e Risco Operacional, Comitê Gestor do Plano Prev Renda, Gerência de Proteção de Dados – LGPD e Diretoria de TI. Das 27 recomendações realizadas durante as reuniões do Coaud para sanar possíveis problemas e falhas percebidos pelo Comitê, 22 recomendações foram concluídas e 5 estão em atendimento, observa-se que as recomendações do Coaud em sua maioria são aprimoramentos que não demandam prazo muito longo de execução e são de caráter contínuo. As 05 recomendações que estão em atendimento necessitam de um período mais extenso para conclusão, como exemplo, a implementação dos planos de ação pendentes de tecnologia. As referidas recomendações podem ser acessadas com detalhes no Relatório Completo do Comitê de Auditoria, referente ao ano de 2021.

3.9 Análise de Documentos: Foram analisadas pelo Coaud os seguintes documentos: ? Regimento Interno do Comitê de Auditoria ? Código de Ética e Conduta da Auditoria Interna ? Manual de Normas e Procedimentos da Auditoria Interna ? Política Institucional de Auditoria interna ? Relatório de Ouvidoria ? Relatório de Controles Internos ? Relatório de Monitoramento da Função Conformidade ? Relatório de Avaliação de Efetividade da Política, dos Procedimentos e dos Controles Internos de PLD-FT (Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo) ? Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação de PLD-FT ? Relatório de Auditoria Operacional Nº 12/2021 ? Relatório de Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e Follow-Up – 2021 ? Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN2021 ? Plano Anual de

Auditoria Interna – PAINT/2022 ? Relatório de Desempenho 3.10 Documentos Elaborados: Calendário Anual de Reuniões do Coaud, Plano Anual de Trabalho, Relatório Semestral e Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário.4. CONCLUSÃO Cabe destacar que o Banpará, com o objetivo de incentivar a educação continuada inscreveu os membros do Comitê de Auditoria no curso de ESG na Prática: Proteção e Geração de Valor, realizado pelo Instituto de Governança Corporativa (IBGC). O Banco também ofereceu o curso Aprimoramento em Governança (IBGC), obrigatório para administradores segundo a Lei 13.303/16, que foi estendido aos Comitês Estatutários, de acordo com as boas práticas de governança corporativa. Ademais, o Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por suas relevâncias, não garantissem a fidedignidade de suas demonstrações contábeis, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudessem comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente. Destaca-se também que o Comitê de Auditoria tem se reunido periodicamente com a Diretoria de Tecnologia do Banco com o objetivo de acompanhar os planos de ação assumidos com a Auditoria Interna, Auditoria Independente e Banco Central. Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas da Contabilidade, da Auditoria Interna, da área de Controles Internos e suportado pelo Relatório da Auditoria Independente, KPMG Auditores Independentes, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as demonstrações contábeis para o ano de 2021 encerrado em 31 de dezembro de 2021 são adequadas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará. Belém - PA, 17 de fevereiro de 2022. TEREZA DELTA DOS SANTOS SERRÃO DE CASTRO Coordenadora do Comitê de Auditoria e Membro do Conselho de Administração ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS Membro do Comitê de Auditoria SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO MACIEL Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2021 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados. Belém (PA), 17 de Fevereiro de 2022. Diretoria Colegiada

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância. Belém (PA), 17 de Fevereiro de 2022. Diretoria Colegiada